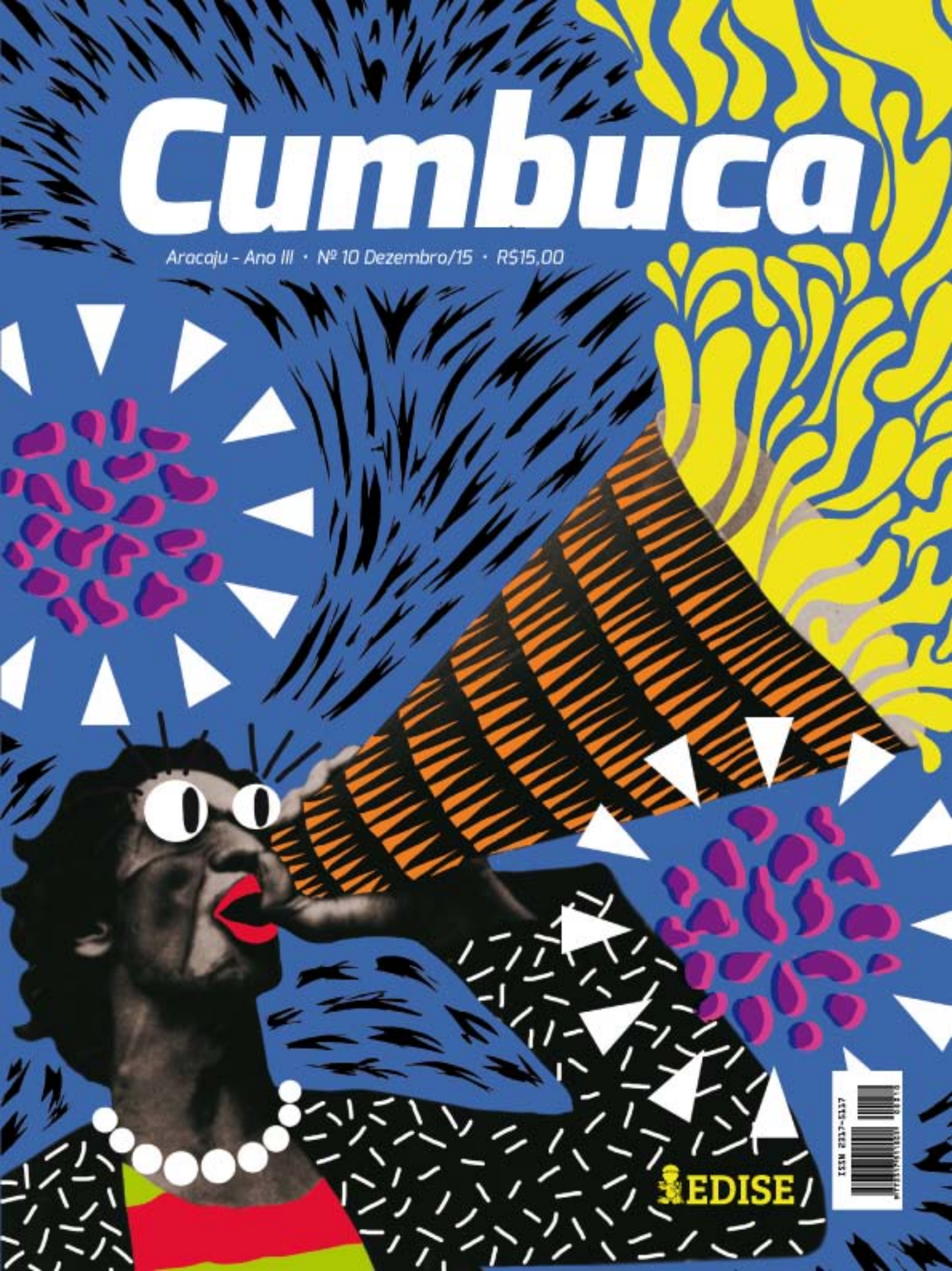


Cumbuca

Aracaju - Ano III • Nº 10 Dezembro/15 • R\$15,00



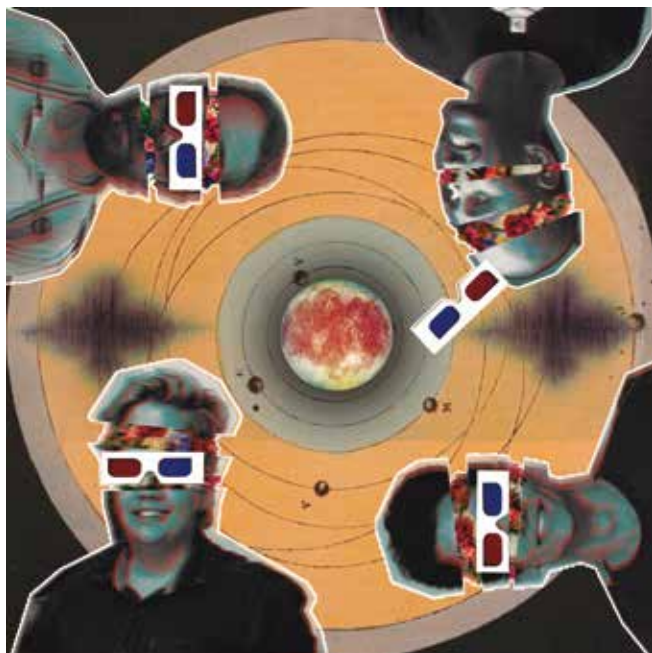
EDISE





EDISE

Expediente



Editor

Amaral Cavalcante

Design Gráfico

Felipe Ferreira
José Clécio
Carol Oliveira
Giuliano Roberto

Revisão

Rosilene Santos

Coordenador de Pré-impressão

Marcos Nascimento

Assessoria Técnica

Jeferson Melo

Consultores nesta edição:

Ana Libório
Carlos Cauê
Pascoal Maynard

Gerente Editorial

Rosilene Santos

Colaboradores - Neste Número

Antônio da Cruz (artista plástico) • Clóvis Barbosa (ensaista) • Ernesto Seidl (crítico musical) • Gilfrancisco (pesquisador) • João Augusto Gama (articulista)
Lúcio Antonio Prado Dias (Academia Sergipana de Medicina) • Luiz Adelmo Soares (crítico de artes) • Maruze Reis (crítica literária) • Milton Alves (jornalista)
Pedro Bomba (poeta) • Pedro Varoni (jornalista) • Téo Junior (articulista) • Wagner Lemos (crítico literário) • Virgínia Lúcia F. Menezes (atriz)

Cumbuca

Ano III | Número 10

cumbuca@segrase.se.gov.br

(79)3205-7421

Rua Propriá, 227 - Centro

Aracaju - SE



Governo do Estado de Sergipe

Governador

Jackson Barreto

Secretário de Estado de Governo

Benedito de Figueiredo



Serviços Gráficos de Sergipe

Diretor-Presidente

Paulo Sergio Araujo Santos

Diretor Industrial

Milton Alves

Diretor Administrativo-Financeiro

Ricardo José Roriz Silva Cruz

Cumbuca conta com o apoio da Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado de Sergipe.

Ao Leitor

O leitor tem em mãos a 10ª edição da Revista Cumbuca com capa e matéria inicial abordando a prática do Teatro de Rua em nosso estado, seguida de cobertura jornalística do Projeto Temporada Mariano, realizado pela Secretaria da Cultura do Estado de Sergipe no Teatro Lourival Baptista, evento que movimentou a cena teatral sergipana neste primeiro semestre.

Um mergulho na obra do artista Tintiliano e uma matéria sobre novos talentos nas artes plásticas abordam este importante segmento artístico, enquanto na área da música a banda Ferraro Trio é a abordada.

A Revista Cumbuca continua desvendando a memória da resistência política à ditadura militar em Sergipe, desta vez publicando dois depoimentos significativos: o do jornalista Milton Alves, que relata como os correspondentes dos grandes jornais com circulação nacional eram abrigados a agir para burlar a censura local e manter informados os seus veículos e um depoimento do advogado e ativista político Clóvis Barbosa, sobre o dia em que foi levado a conversar com o ditador Emilio Médice, representando os estudantes sergipanos.

No segmento da literatura, o relato de um célebre crime ocorrido nas hostes da aristocracia local, anotações biográficas sobre os intelectuais Antonio Garcia Filho e Célio Nunes, um artigo sobre a escritora Núbia Marques, uma resenha sobre o último livro da escritora Giselda Moraes e poemas do ativista cultural Pedro Bomba. Complementando a edição, uma apreciação crítica sobre o filme *A pelada* e um artigo sobre o escritor paranaense Dalton Trevisan.

Boa leitura.

Amaral Cavalcante
Editor

10 - TEMPORADA MARIANO DE ARTES CÊNICAS

22 - NOVOS TALENTOS

Luiz Adelmo Soares

26 - FERRARO TRIO: MÚSICA FEITA A MÃO

Ernesto Seidl

32 - POR QUE EU?

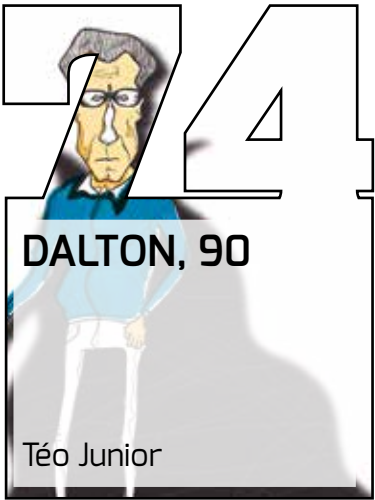
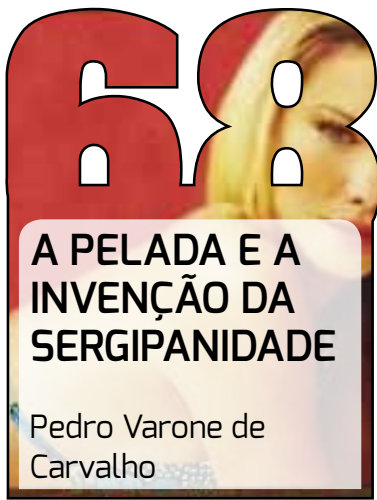
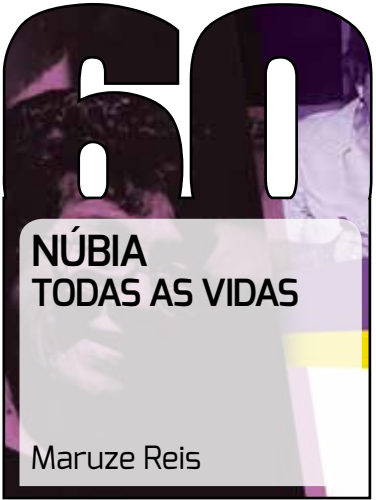
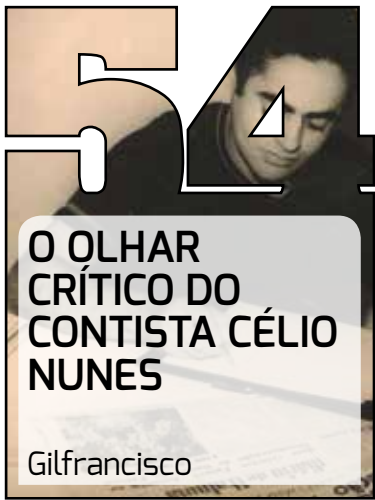
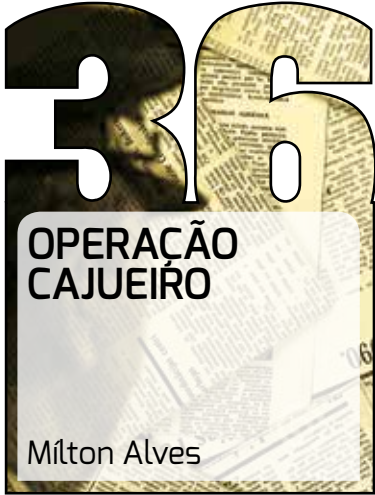
Clóvis Barbosa

46 - POESIA

Pedro Bomba

65 - A UM PASSO DO ESQUECIMENTO, NOVO ROMANCE DE GIZELDA MORAIS

Wagner Lemos





***Teatro
de rua***
ONTEM
E HOJE

Virgínia Lúcia F. Menezes

Em dezembro de 1977, Aracaju viu suas ruas tomadas por artistas. Traziam as faces fortemente maquiadas, os corpos bamboleantes e uma histriônica agitação. O cortejo multicolor seguia barulhento rumo à feira; o Mercado Thales Ferraz em Aracaju, naquele dia ensolarado, fora tomado por aquela trupe festiva. Tratava-se do encerramento de uma oficina de teatro de rua ministrada pelo Ator Bemvindo Sequeira, mineiro radicado na Bahia. A promoção e o patrocínio eram da SCAS – SOCIEDADE DE CULTURA ARTÍSTICA DE SERGIPE. O espetáculo de encerramento se compunha de uma coletânea de textos de cordel. Bemvindo, naquele mesmo ano, fundara o Teatro Livre da Bahia, que realizava teatro de rua a partir das montagens de textos de cordel. O fato é que aquela forma alegre e sem compromisso com a produção contagiou artistas e estudantes. Fizera ainda um grande sucesso com o público. Naquela ensolarada manhã, a história da arte sergipana paria, em plena rua, uma das mais belas páginas da sua arte. Nascia, ali, toda a inspiração para o surgimento do teatro de rua sergipano; aquele evento teatral festivo foi um verdadeiro divisor de águas para a nossa arte.

Após aquele evento na feira, com a finalização da oficina de Bemvindo, todos correram para seus grupos de teatro, para discutir o efeito daquela apresenta-

ção e sua repercussão pública. Na época, o Grupo *Spectrus* ensaiava uma peça de palco, com grande dificuldade. O texto era “João Farrapo” do Autor Potiguar Meira Pires. O elenco era numeroso (salvo engano 11 personagens), no grupo havia 14 integrantes, mas os ensaios ocorriam com dificuldade, pois era grande a incerteza da produção do espetáculo. Foi então que um integrante participante da oficina do Bemvindo levou a novidade do teatro de cordel e passamos todos a pesquisar as possibilidades de encampar como ideia. O grupo abandonou o texto que vinha tentando montar. Passou a encenar dois textos de cordel para estreia que ocorreu de forma bem sucedida, em 1978. Primeiramente foi feita uma apresentação na Feira das Oficinas, no Bairro Siqueira campos em Aracaju. Depois o grupo voltou a se apresentar na Praça D. José Thomaz, naquele mesmo bairro. E como já é sabido, o grupo *Spectrus* se transformou em Grupo Teatral Imbuaba, atuante até os dias de hoje.

Aproveitando o êxito daquela forma teatral, apresentei a proposta de montagem de um texto de minha autoria, construído na linguagem de cordel, com um tema atual, local, que era o conflito da ocupação do espaço urbano no bairro Coroa do Meio, em Aracaju. Desse modo, o texto de minha autoria, intitulado *A História da Coroa do Meio*, foi encenado e adicionado ao repertório do grupo. Depois de acurada dis-

cussão, para despistar as atenções da polícia e da censura federal do regime militar, resolveu-se por adaptar o título do texto “A Favela de Seu Manoel”, afastando assim a possibilidade de imediata identificação com a realidade da luta travada pela colônia de pescadores contra o poder especulativo imobiliário apoiado pela Prefeitura Municipal de Aracaju, tendo à sua frente um Prefeito não eleito pelo povo, mas biônico, indicado mediante acordo com a ditadura militar.

O aparecimento daquela forma de apresentação de textos, com encenações na rua, ao ar livre, iniciado com cortejo que remonta a gênese do próprio teatro, suscitando, assim, uma revisitação da mitologia grega, das danças e remexos das bacantes; dos cânticos do ditirambo e da orgia pagã em homenagem ao deus da alegria, Dioniso. Além de tudo, o ingrediente do regionalismo tinha como efeito a grande identificação por parte do público. Daí, todo mundo queria fazer aquele teatro. Em Sergipe surgiram outros grupos de teatro de rua, tanto na capital como no interior do Estado. Em Aracaju, surgiu o Grupo Cenário de Espetáculos, o qual era sediado no Conjunto Lourival Baptista, no Bairro América. Realizava um teatro regional, também utilizando textos de poesia em cordel, atuando até a década de 1990. No ano de 1983 surge o Grupo Teatral Mambembe, originário do bair-

Em Sergipe surgiram outros grupos de teatro de rua, tanto na capital como no interior do Estado. Em Aracaju, surgiu o Grupo Cenário de Espetáculos.

ro Cirurgia, fundado por jovens da Maloca (Kilombo). Na época, o grupo era formado apenas por rapazes e nunca havia encenado nenhum trabalho, até o meu ingresso. Quando cheguei ao grupo, eu acabara de compor a peça “Quem Matou Zefinha?”, que foi encenada pelo Mambembe com grande sucesso local, nacional e internacional. O Mambembe atuou até o ano de 1998. Na cidade de Maruim-

SE, surgiu o Grupo Mombaça, que ainda realiza atividades de forma esporádica, dirigido por Guil Costa. Em Santo Amaro das Brotas, tivemos o surgimento do Grupo teatral Broteiros (hoje Grupo teatro Pernas de Pau), com direção de Tácio Lima. Ao longo desses anos, o Pernas de Pau passou por grandes mudanças na estética do teatro realizado, saindo de uma proposta regionalista para a encenação de um teatro performático, com influências de uma arte minimalista.

Outros grupos de teatro de rua não pararam de surgir em Sergipe, embora apresentassem pouco tempo de existência, a exemplo do Grupo teatral Pipiri, que nas-

ceu do resultado de uma oficina teatral no Bairro América, bem como algumas tentativas frustradas de se criar o teatro universitário, através do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

O teatro de rua praticado em Sergipe apresentou várias vertentes, desde a valorização dos traços culturais regionais nordestinos, representados pelo acervo dos textos teatrais na poesia do cordel, a exemplo do teatro realizado pelo Grupo Imbuça, passando pela estética do teatro engajado, politicamente realizado pelo Grupo Teatral Mambembe.

Ô fato é que ao longo do tempo, as pessoas foram se apropriando das técnicas de





O teatro de rua praticado em Sergipe apresentou várias vertentes, desde a valorização dos traços culturais regionais nordestinos representados pelo acervo dos textos teatrais na poesia do cordel.

produção de teatro livre. Com o passar do tempo, a linguagem do teatro de rua foi sendo incorporada por diversos grupos teatrais, que passaram a transgredir o espaço cênico, indo dos palcos para as ruas com suas peças. Por outro lado, esse movimento também ocorreu com os grupos de teatro de rua, que passaram a incluir em seu repertório alguns espetáculos realizados em palcos fechados.

O teatro de rua em Sergipe já não é mais realizado como antes, com grande facilidade, ocupando cotidianamente os vários espaços, como as praças, as ruas, as feiras e até mesmo as praias. Esta modalidade sempre apresentou facilidade de comercialização de espetáculos com pagamentos de cachês artísticos via contratação direta de órgãos públicos e empresas privadas. Enquanto isso, os espetáculos de palco sempre dependeram da venda de ingresso nas bilheterias dos poucos teatros existentes. No entanto, a cena teatral de rua encolheu substancialmente, nos últimos anos, até mesmo pela dificuldade de se produzir e manter um espetáculo teatral, seja ele de rua ou de palco.

No entanto, o teatro de rua trouxe consigo a possibilidade da criação de subprodutos a partir de sua estética, através da criação de esquetes teatrais educativos apresentados ao ar livre, realizados sob encomendas de órgãos públicos e empresas. Grande número de grupos ser-



Bemvindo Sequeira.

gipanos incorporou a linguagem de teatro de rua para criação e produção de peças arte-educativas com os mais variados temas, mediante contratação direta, apresentando-se em empresas, universidades, sindicatos, na saúde, na educação, na educação ambiental, em políticas de RH, e por aí vai.

É claro que o teatro de rua pode ser considerado um estilo, mas os arranjos utilizados para a sua utilização como ferramenta de educação informal chega a ser um fenômeno em Sergipe. São várias e várias empresas que utilizam essa linguagem como meio de informar, educar e comunicar. Existe um verdadeiro mercado de trabalho cuja dinâmica se deve à utilização da linguagem teatral de

rua ou teatro livre como alguns preferem denominar.

Atualmente, a cena do teatro sergipano possui dois grupos que assumem o teatro de rua como um estilo de sua prática artística, que são o Grupo Teatro Pernas de Pau (Santo Amaro das Brotas -SE), dirigido por Tácio Lima e tradicionalmente o Grupo Teatral Imbuça sob a direção de Lindolfo Amaral. Há, também, os grupos que apresentam um repertório consecutivo de peças teatrais, que aos poucos vão caracterizando-os como grupos de teatro de rua, como o Grupo Teatral Boca de Cena (Aracaju), dirigido por Rogério Alves, Grupo Eitcha (Aracaju), dirigido por André Santana e Grupo teatro do Cordel da Rabeca (Aracaju),

dirigido pela compositora e intérprete Joésia Ramos. Temos, além disso os espetáculos de rua circenses, realizados pela CIA O Mínimo (Aracaju), e da CIA Gentileza de Artes Integradas – CIGARI (Aracaju), dirigida por Roney David. Temos ainda as experiências de teatro didático realizado pelo IACEMA (Aracaju), o qual eu dirijo, e a TAMPA (Aracaju), coordenada pela Atriz compositora e intérprete Tânia Maria. No mais, se faz necessário pontuar que, segundo se pode observar nas programações das quatro edições do Festival Sergipano de Teatro, de 2011 a 2014, vários grupos de teatro de palco optaram por apresentar espetáculos teatrais de rua. Para a arte, a rua é um palco irresistível. **G**

É tempo de temporada...

Criado com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de agentes culturais, promovendo a formação e renovação de plateia e a criação e manutenção de grupos e companhias voltadas para o trabalho com as artes cênicas, foi criado o projeto que deu origem à Temporada Mariano de Artes Cênicas. “Observávamos uma carência muito grande neste setor. Por isso, voltamos a nossa atenção para as demandas das artes cênicas em Sergipe, tão logo assumimos a gestão da Cultura no estado”, informa o Secretário de Cultura do Estado de Sergipe, Elber Batalha.

A exemplo de todos os projetos desenvolvidos pela atual gestão da Secretaria de Cultura, o projeto da Temporada Mariano

teve início com uma série de discussões a respeito do cenário das artes cênicas no estado. A partir das informações obtidas pela assessoria técnica da Secult, em encontros com agentes culturais, foi possível determinar como o processo de fomento deste setor poderia ser realizado. Para Irineu Fontes, assessor técnico da Secult, ouvir os produtores culturais sempre foi prioridade. “Eles fazem o dia a dia das artes cênicas em Sergipe. Eles conhecem o processo de criação cultural desde a redação, passando pelas oficinas de formação de atores e culminando na apresentação dos resultados destas oficinas ou, posteriormente, em espetáculos com grupos já formados”, pondera.



Temporada

Mariano

de Teatro



— I TEMPORADA —
MARIANO
DE ARTES CÊNICAS

A Temporada Mariano de Artes Cênicas teve início no primeiro semestre de 2015 e movimentou todo o cenário das artes cênicas no estado. Companhias de teatro e de dança fizeram apresentações com as mais variadas nuances, para todos os públicos. A expectativa é que o projeto tenha continuidade, permitindo o fortalecimento da cadeia produtiva da cultura em Sergipe.



Projeto Temporada Mariano - Estímulo à produção

Relatos de produtores culturais apontaram a circulação dos espetáculos como um dos maiores problemas vivenciados pelas companhias de teatro e dança. A ausência de teatros no interior do estado e o valor de investimento necessário para a apresentação nos teatros da capital foram algumas das dificuldades apresentadas.

Tomando esses relatos como ponto de partida, as pautas de todos os finais de semana do Teatro Lourival Baptista foram reservadas para o desenvolvimento do projeto. “O Teatro Lourival Baptista tem um grande diferencial. Ele está localizado em uma área estratégica, com grande fluxo de pessoas, escolas e faculdades nas imediações e fácil acesso, além de ter o tamanho ideal para este formato de projeto”, explica Irineu Fontes.

Além da reserva de pautas para as apresentações, a Secult se responsabiliza pela compra de um número de ingressos por espetáculo. A intenção é minimizar o risco

financeiro para as companhias, viabilizar as apresentações e estimular que as companhias subsistam de seus projetos de exhibições.

Projeto Temporada Mariano - Formação de plateia

O processo de formação de plateia é o mais delicado. Para possibilitar o acesso do maior número possível de pessoas aos espetáculos, a Secult estipulou um valor único para todas as apresentações do projeto. Cada ingresso é vendido por R\$10,00 (dez reais). Ainda é possível a aquisição de ingressos com 50% de desconto, no regime de “meia entrada”, mediante a apresentação de documentação adequada.

Além do trabalho com o valor reduzido do ingresso, a Secretaria de Cultura se responsabilizou pela divulgação e documentação dos espetáculos realizados. Como resultado, um grande número de pessoas aproveitou a programação da “Temporada Mariano” para conhecer o Teatro Lourival Baptista. A iniciativa da realiza-

ção do projeto teve grande aceitação popular. “Aracaju não dispõe de tantas opções na parte cultural e nós, pais, precisamos disso para trabalhar a formação cultural das crianças. Eu não conhecia este teatro, é a primeira vez que venho aqui. Vamos repetir a nossa vinda, com certeza”, declara Luciana Meneguesso, que no último final de semana esteve com filhas e amigos no teatro, para a apresentação do espetáculo infantil “O Grande Circo do Mundo”.

Expectativa para o Segundo semestre

Ao todo, 14 grupos, entre companhias de teatro e dança, apresentaram suas produções na primeira etapa da Temporada Mariano de Artes Cênicas, que teve início no dia 27 de março e foi até o dia 14 de junho. Os

grupos que participaram da primeira etapa, entre grupos sediados na capital sergipana e no interior do estado, poderão realizar novas apresentações no segundo semestre. “Tudo vai depender das inscrições de companhias para o segundo semestre. Estamos documentando a adesão de novos grupos para a composição da grade de programação para o segundo semestre”, informa o assessor técnico da Secult, Irineu Fontes.

A composição da programação seguirá o padrão utilizado para o primeiro semestre: as sextas-feiras e sábados é exibido um espetáculo com temática livre e, aos domingos, às 17h, apenas apresentações com temáticas infantis. “Queremos que o público tenha no teatro sergipano uma opção de lazer. Estamos promovendo para que um maior núme-

ro de companhias leve suas apresentações para a população. Ter uma programação com formato definido foi uma estratégia utilizada para a associação do horário e da temática das apresentações”, explica o Secretário de Cultura, Elber Batalha.

O balanço da primeira fase da “Temporada Mariano” é visto de maneira satisfatória pela Secult. O projeto deve ter seu formato mantido para a sua segunda fase, com previsão de início no mês de agosto. “A Temporada Mariano de Artes Cênicas nos surpreendeu, não apenas no que diz respeito à adesão do público, mas, também, pela ativa participação dos grupos sergipanos. Excelentes espetáculos foram apresentados, enaltecendo a produção cultural sergipana”, complementa o Secretário Elber Batalha. **G**

“

HOMENAGEM A MARIANO

Mariano Antonio Ferreira, ator que é homenageado dando seu nome ao projeto, faleceu precocemente em 24 de junho de 1995. Formado em Letras, pela Universidade Federal de Sergipe, dedicou sua vida à pesquisa da Cultura Popular e ao teatro. Foi diretor do Centro de Criatividade e durante quinze anos participou ativamente como preparador corporal, ator e diretor de vários espetáculos do Grupo Imbuaça. “Quando soube que iria abrir o Projeto que levava o nome de um grande amigo, que dedicou sua vida à arte, fiquei muito feliz, emocionada”, declara Isabel Santos, que se apresentou no primeiro final de semana da “Temporada Mariano de Artes Cênicas” com a peça “Senhora dos Restos”.

”





Tintiliano

e a paisagem urbana tropical
em atmosfera da *belle époque*

Antônio da Cruz

O sol que nos desperta às cinco horas da manhã está nas telas de Tintiliano, assim como as cores tropicalíssimas que cintilam, excitadas pelas luzes noturnas dos mercados populares do centro de Aracaju e iluminam a vida boêmia dos novos românticos por aquelas plagas. As pinceladas, aparentemente despreziosas, produzem arrebatamento geral. Diante das telas deste jovem de trinta e quatro primaveras, neste ano 2015, turistas e nativos se sentem transportados para o mesmo lugar no passado, com a sugestão de se estar na Paris da virada do século XIX para o XX e que se entendia viver numa “*belle époque*”, o máximo da civilidade até então, graças à ascensão burguesa e às novas invenções, como telégrafo sem fio, telefone, fotografia, cinema, automóvel e avião, antes da barbárie da primeira grande guerra europeia de 1914, dita mundial, interromper o ciclo de prosperidade e inovação.

Sim, pode-se dizer que se sente saudade por algo que não se viveu, porque as referências diversas, como cores e formas, edificações e paisagens, usos e costumes levam o virtual saudosista a se identificar com os objetos de potencialização da saudade num arroubo de pertencimento. Assim, Tintiliano



com as características de um pós-impressionista tardio (1) que ressurgue, usa as suas habilidades e conhecimento para ambientar as paisagens da capital sergipana, numa atmosfera em que as cores ganham fluidez líquida e noutras, vezes uma neblina transparente se espalha por toda a tela, prestes a explodir de luminosidade. São pinturas a evocar uma época e lugar memoráveis, caros para o próprio autor. Tão caros quanto as brincadeiras de pipa, pião, bola de gude e principalmente a preferência que tinha pelos carrinhos de brinquedos

feitos de lata pelo pai criativo, ao invés dos industrializados oferecidos, dado o modismo, com o qual brincava por gratidão. “*Eu ficava maravilhado em vê-lo transformar algo simples em um brinquedo*”, lembra assim o artista momentos de lazer, quando criança, sob a proteção e o carinho do pai. Da infância, passando pela juventude, o trabalho também esteve sempre presente na vida de Tintiliano. Ele pintou muitos letreiros e tabuletas de estabelecimentos comerciais. A arte o levou à arquitetura, curso concluído na UNIT - Universi-

dade Tiradentes, que influenciou significativamente o seu trabalho e a sua postura enquanto artista. Por ora, Tintiliano diz que o curso de arquitetura o leva a caminhos que “*no momento não poderia explicar*”.

A arquitetura urbana da Aracaju antiga é semelhante à do Rio de Janeiro, que se assemelha à de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e outras capitais igualmente pensadas, estruturadas ou reestruturadas no século XIX, até as primeiras décadas do século XX, sob a influência dos conceitos do universalismo da

“
[Tintiliano] usa as suas habilidades e conhecimento para ambientar as paisagens da capital sergipana, numa atmosfera em que as cores ganham fluidez líquida e noutras, vezes uma neblina transparente.

Escola Francesa. A França, então potência cultural do mundo ocidental, desde a missão Francesa de 1816, fixou assim seus valores culturais nos trópicos sul-americanos. Posteriormente, arquitetos italianos vindos durante as ondas migratórias, disseminaram projetos urbanísticos e prediais pelo Brasil afora nos estilos: neoclássico, revivendo a arte greco-romana; eclético, uma miscelânea de estilos; art nouveau, considerado por alguns o início do revigorante movimento modernista, todo inspirado na organicidade da natureza; e déco, de linhas retas

inspiradas no construtivismo, futurismo e cubismo. O que ainda está de pé deste tesouro arquitetônico em Aracaju é o material visual preferencial de Tintiliano a ser transportado para as telas.

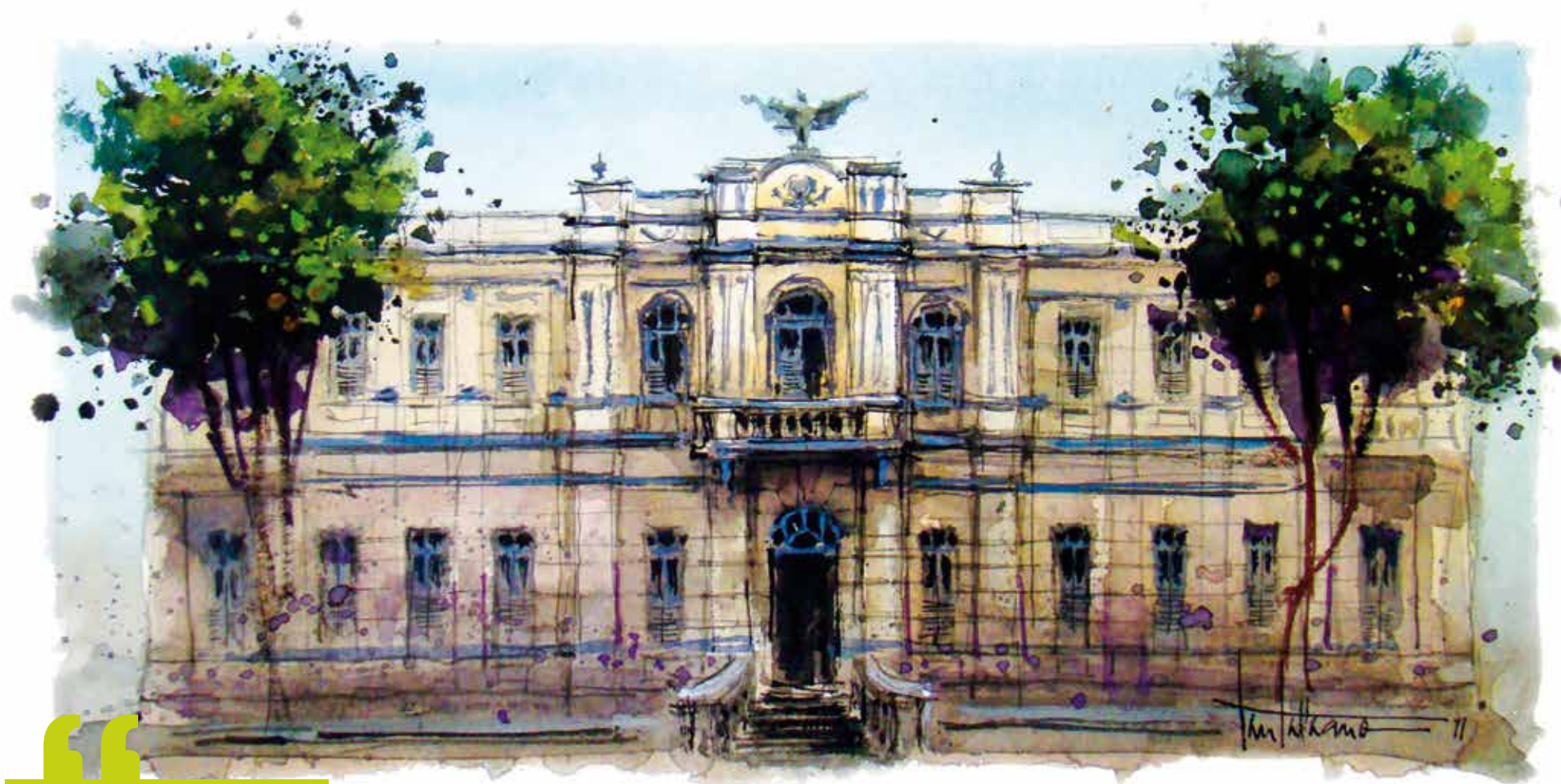
Nascido em 20 de março de 1981, em Propriá, Sergipe, em torno dos 6 anos de idade Tintiliano iniciou seus primeiros desenhos. Recebeu grande influência da avó materna, Aurora Francisca da Conceição, artesã, na medida em que a ajudou na confecção das peças. O garoto Tintiliano era disperso na sala de aula e tinha dificuldade com a aritmética.



Daí a afirmação: “– Na infância, minha aprendizagem sempre foi muito introspectiva e descompromissada. Meus professores sempre me estimularam a aprimorar meu talento com a arte, sempre desenhava em meus cadernos, fazia cartazes para a diretoria da escola e professores etc. Sempre tentei tornar meu trabalho útil por onde passei”. Mesmo que tenha sofrido as mesmas agruras dos tempos difíceis, incluindo a falta de material para desenhar e pintar, hoje, no entanto, ele reconhece que os pais cumpriram seus papéis com muita responsabilidade e paciência. Tintiliano agradece aos pais, à esposa e a Jouberto Uchôa de Mendonça, reitor da UNIT: “– Foram as únicas pessoas que me ajudaram sem cobrar algo de volta”, garante o artista.

Dotado de visão pragmática, Tintiliano buscou conhecer a dinâmica do mercado de arte e nunca se pretendeu de vanguarda. Sentiu-se criticado quando frequentou algumas reuniões da então ASAP (Associação dos artistas plásticos), em meados da década de 90, “pela ingenuidade das suas pinturas”. Nas reuniões não lhe interessavam assuntos ali tratados, tais como: artista enquanto “crítico social”, “construtivismo” e “instalações”. Afastou-se buscando outro rumo, estudando autodidaticamente, assim com a arte, filosofia e teologia, sem vínculo com qualquer seita. Voltou à cena cerca de três anos depois, muito mais determinado. Participou de várias exposições coletivas, como





Nascido em 20 de março de 1981, em Propriá, Sergipe, em torno dos 6 anos de idade Tintiliano iniciou seus primeiros desenhos.

“Paisagens e Personagens”, na Galeria Jenner Augusto e “Olhares sobre Aracaju”, na Galeria Álvaro Santos; fez capa e ilustrações do livro “Aracaju: Cidade das Águas”, de Luiz Antônio Barreto e Jorge Carvalho do Nascimento;

e prosseguiu produzindo obras nas técnicas aquarela, acrílica e óleo e painéis em cerâmica.

O aprimoramento veio com as pesquisas. Estudou os trabalhos dos aquarelistas russos, croatas e os do extremo oriente, como os Chineses, Japoneses, Vietnami-
tas e Tailandeses. Tintiliano age sempre com objetividade. “– *Ao querer obter o efeito noturno das luzes, volto a estudar Rembrandt e Caravaggio e assim por diante*”, diz. Seu desejo foi sempre orientado pela emoção de pintar o que lhe aprouvesse. “– *Aprofundei ainda mais a minha pesquisa nos impressionistas, então conheci os espanhóis, tão talentosos quanto os*

franceses, na virada do século XIX para o XX, como exemplo: Joaquín Sorolla y Batista”, enfatiza Tintiliano. Sorolla y Batista viveu uma trajetória rica como artista acadêmico e depois se revelou um pós-impressionista admirável. O ambiente luminoso da Espanha favoreceu a sua paleta e lhe deu popularidade.

Sair em campo aberto, posicionar o cavalete, mirar a paisagem urbana, enquadrá-la e fazer o tracejado, desenhando contornos e detalhes com pinceladas rápidas, sem matização, e deixar as cores ao sabor da quase intuição gestual, são procedimentos típicos dos pioneiros artistas im-

pressionistas lá do final do século XIX e Tintiliano revive com idêntica habilidade. Ao ar livre, em meio à claridade, os pigmentos das tintas se evidenciam e fazem a festa para o deslumbramento dos olhos. Há urgência de captar os efeitos da senhora razão da existência de todas as cores: a luz. Entre muitas, esta é uma das ações de Tintiliano, que o projeta como talento permanente na cena artística. **G**

NOTAS:

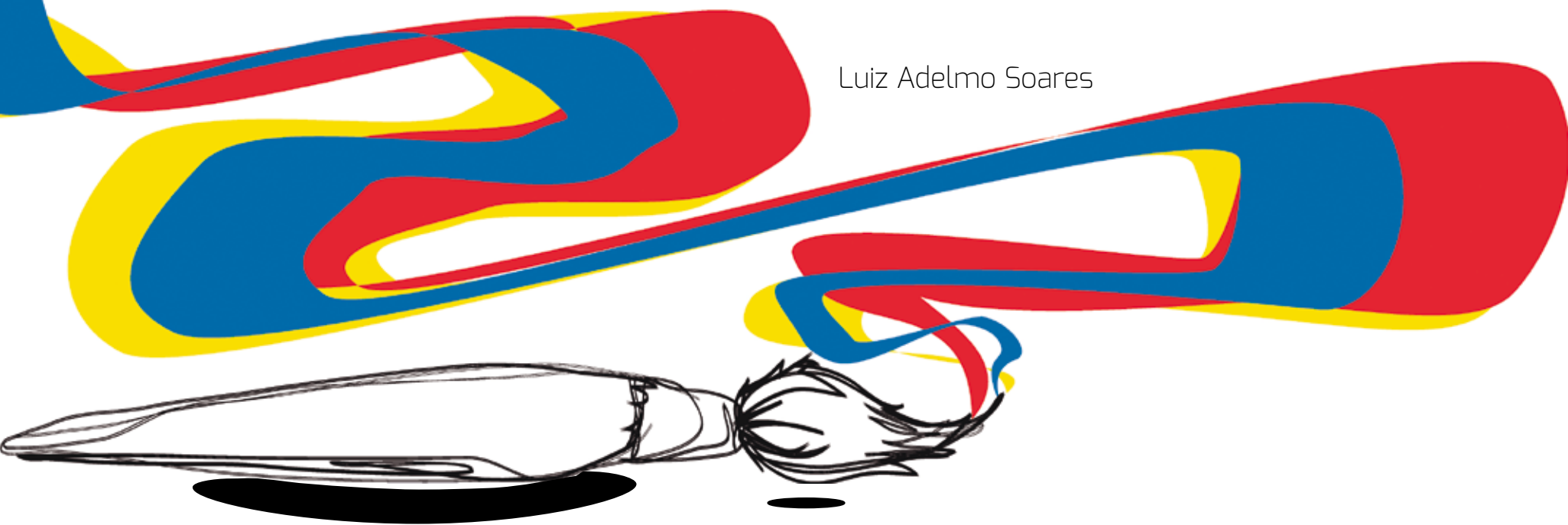
(1) O impressionismo tardio se refere ao fato desta manifestação atual realizar-se longe do advento do impressionismo enquanto movimento artístico original. Não tem qualquer conotação depreciativa.





NOVOS TALENTOS

Luiz Adelmo Soares



Quando os portugueses descobriram o Brasil, Pero Vaz de Caminha escreveu ao Rei de Portugal dizendo que por aqui “em se plantando, tudo dá”. Sergipe, particularmente, é uma terra pródiga nas artes plásticas. Até hoje os empresários da educação não descobriram isso. A Terra de Horácio Hora, Oséas, Zé de Dome, Antônio Maia, Jordão de Oliveira, Jenner Augusto, J. Inácio e tantos outros, carece até hoje de uma Escola de Belas Artes. Isto posto temos que admitir que nem por isso os talentos Sergipanos estão numa fase de aridez ou de improdutividade. Aos nossos autodidatas o que não falta é talento. Mesmo porque a escola pode dar técnica, talento se traz de casa. Assim sendo Jordão de Oliveira chegou a Mestre da Escola Nacional de Belas Artes.

No ano de 1966, o Prefeito Godofredo Diniz pediu ao arquiteto Rubens Chave para transformar um antigo aquário, réplica de um existente num parque de Belém, Capital do Pará, na primeira Galeria ofi-



Pedro Boeira

cial do Estado de Sergipe. No próximo ano a Galeria de Arte Álvaro Santos completa o seu primeiro cinquentenário. De sua inauguração em 26 de setembro de 1966 até hoje, a Galeria Álvaro Santos tem sido palco de grandes movimentos culturais que marcaram a efervescência e evolução de nossa cultura. Por lá, passaram a maioria absoluta dos artistas Sergipanos em suas diversas manifestações artísticas, lançamentos de livros, recitais de poesia e outras manifestações culturais. Uma das mais significativas criações da Galeria de Arte Álvaro Santos foi, sem sombra de dúvidas, o “Salão dos Novos”, que no próximo ano estará em sua XXV edição. O Salão que sempre é realizado no mês de março, quando se comemora o aniversário da mudança da Capital para Aracaju, é o responsável pelo lançamento de novos talentos artístico. Podem participar deste evento artistas que ainda

não tenham realizado exposição individual. Com premiação em dinheiro para os três primeiros lugares, sem dúvida uma manei-

“
Aos nossos autodidatas o que não falta é talento. Mesmo porque a escola pode dar técnica, talento se traz de casa.
”

ra do Poder Executivo incentivar os novos talentos induzindo-os a continuarem na jornada de um dia terem seus nomes consagrados e reconhecidos.

Neste particular, o crítico de Arte Roberto Pontual, numa viagem a Aracaju em conversa com este jornalista, na época proprietário da Galeria de Arte Horácio Hora, explicava que os donos de Galeria ou curadores têm que ter uma visão apurada e saber identificar quem tem habilidade pictórica e quem é verdadeiramente artista, aquele que escolheu a arte, seja em qualquer das suas manifestações, para profissão. Daí porquê de muitos nomes surgirem como verdadeiros meteoros, brilhando por tempo determinado.

E o que é mais impressionante, os nossos talentos estão imunes ao modismo.

Mas, ao enfatizarmos o nome da Galeria de Arte Álvaro Santos, não queremos dizer que

seja o único enfoque de arte de Aracaju. Sergipe, neste particular, é surpreendentemente rico. Vários são os movimentos não só na Capital como em cidades do interior. O que não falta entre nós é talento. A cada ano surgem novos nomes. E o que é mais impressionante, os nossos talentos estão imunes ao modismo. Na época da ditadura, por exemplo, não tivemos nenhum representante da “arte engajada” a se destacar nas artes plásticas, nos dias atuais poucos são os artistas que tentam participar dos movimentos chamados de “arte contemporânea”, no sentido lato da palavra. E o que é arte contemporânea? Se os móveis de Charles Mackintosh, e Le Corbusier lançados no início do século passado, até hoje são considerados contemporâneos? Seria a ante arte?



Foto de Victor Fabiano



Pedro Boeira. Foto: Edinah Mary (Funcaju)



Não estamos aqui para polemizar, apenas para confirmar que os Sergipanos continuam gostando e apreciando a arte “mais tradicional”, a arte mais plástica, mais preocupada com o belo do que com o experimental. Mas vamos ao que interessa, quais os nomes que surgiram nestes últimos anos, para ficar? Posso até não citar todos, mas convenhamos que alguns se destacaram. Entre eles poderíamos citar Flávio Antonini, responsável por uma das melhores exposições de 2014, na Galeria do Yasigi, um trabalho forte que nos remete ao estilo do grande mestre Siron Franco, com uma característica própria e uma forte influência de suas origens. Pedro Boeira se firma a cada dia como um cronista de sua cidade, quer

Não estamos aqui para polemizar, apenas para confirmar que os Sergipanos continuam gostando e apreciando a arte “mais tradicional” a arte mais plástica, mais preocupada com o belo do que com o experimental.



Rosa ferreira

no urbanismo Sergipano quer retratando seus costumes. Rosa Ferreira, com seus manguezais fixa nas telas paisagens inusitadas de sua Aracaju, por fim, destacaria um jovem artista que tem como tema principal um subconsciente onde afloram um mundo feminino e místico. Estes três últimos

artistas passaram pelo Salão dos Novos, com grande destaque. Outro artista a ser destacado é Victor Fabiano. Outros nomes poderiam ser citados, mas, sem dúvidas, estes quatro são nomes que “plasticamente” encantam as paredes por certo que são também um investimento seguro. 



Ferraro Trio: Música Feita a Mão

Foto: Arnon Gonçalves

Ernesto Seidl

A música que faz mover também pode comover? Me deparei com a questão há não muito tempo e sinceramente acho que ela dá pano pra manga. Pensando mais no concreto: a música abertamente dançante, com batida marcada, de pista, extrovertida, fanfarrona e pra cima teria menor poder – se é que tem algum – de nos tocar, mexer também com o interno, fazer viajar, em suma, despertar sentimentos? Ou seria essa, então, uma virtude exclusiva ou prioritária do som dito sério, intimista, suave e contido? Bom, cada um que pense agora com sua própria alma e esqueleto e dê sua resposta, que será a certa. Adianto meu ponto dizendo que acredito, antes de qualquer coisa, na força de comoção da Música, sem adjetivos. Resolvo a questão por aí, no geral mesmo.

Mas este texto é sobre o sergipano **Ferraro Trio**, matéria-prima para a reflexão sugerida acima. Alerto que eles tratam de fazer música que bebe com sede em ritmos que movem. Além de vasta amizade, a corrente de 220 volts que passa entre Saulinho **Ferreira**, **Rafael Jr.** e **Robson Souza** se conecta a uma tomada rítmica forte. Vamos chamar de *groove*, o que se aplica a bases variadas como funk, rock, samba, soul. É música instrumental e muito intensa, pra valer. Tirando o caso de alguma baladinha, o pezinho em geral não se aguenta, a cabeça dispara e a mão também. Ouça por exemplo *Ponta dos Mangues*, *Capitão Cook*, *Hamster*, *Pega o Doido* e *Retrobyte* e tire suas dúvi-



Foto: André Teixeira

das. Duvido que não viaje longe e se emocione. Se não der nada, procure ajuda urgente!

Mas a trinca também enfrenta temas de Simonal, James Brown, Hendrix, Jorge Benjor, Stevie Wonder e Michael Jackson. Ficou mais claro agora em que águas navegam, né? No entan-

to, enquadrar os Ferraro apenas aí seria impreciso, uma vez que transitam por outros territórios individual e coletivamente, com especial atenção ao Jazz. Acredito que tanto a sensibilidade que possui quanto as soluções técnicas e harmônicas que mobilizam no trio tenham sido poten-



Fotos: Snapic





Foto: Snapic

cializadas pela forma ‘jazzística’ de encarar e de tratar a música. O que obviamente não exclui toda uma riqueza de *backgrounds* que trazem, mas é colocada para funcionar em outras lógicas. Fique bem claro que não estamos falando aqui apenas de improvisação, solos e virtuosismo. Isso está no Ferraro, mas bem mais discretamente – às vezes num detalhezinho – do que costuma ser o caso em *power trios*, formação que com frequência cede ao narcisismo, a solos mirabolantes que buscam aplausos e gritos. No Ferraro – vai lá um chavão – menos é mais e a economia tem dado certo. E não jogam pra torcida, como se diz no futebol.

Para quem não sabe, na música a formação em trio é altamente perigosa, exigente e, muitas vezes, ingrata. Explico. Havendo apenas três cabras, a garantia dos elementos fundamentais da música – ritmo, melodia e harmonia – pesa toneladas e margem para erros não há. Quando um escorrega, cai todo mundo. E verdade seja dita, para bateria e contrabaixo a navalha é ainda mais afiada, que me perdoem os guitarristas. Mencionei ingratidão porque nem sempre ouvidos menos treinados dão valor ao trabalho-chave e aparentemente menos exuberante de bateristas e contrabaixistas. Ocorre que no Ferraro, Robson

e Rafa aliam seriedade e competência técnica e garantem uma cozinha não apenas firme, limpa e segura, mas também muito suingada, temperada e saborosa. Agora sim, o guitarrista. Em primeiro lugar, Saulinho soma. Joga pro time reforçando a base, mas sem retranca. Sua força monstruosa está na polivalência. Parece que tem mais de duas mãos e consegue unir e reunir todos os elementos da música com muita sensibilidade. Realça, dessa forma, o poder do trio e facilita para que dê seu devido sotaque a cada tema que executa. Bem, o virtuosismo Saulito na guitarra não passará despercebido, podem acreditar.

É preciso ainda registrar a evolução do Ferraro nos cerca de seis anos de trabalho. Ao lado do crescimento técnico, a bagagem geral também fermentou junto, auxiliada pela atuação em outros formatos e, sobretudo, pela inquietação de todos e de cada um. A gravação de dois EPs e de um DVD, a exposição em palcos maiores ou menores pelo Brasil (Belo Horizonte, Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sousa), o corpo-a-corpo com aulas, ensaios e pesquisas acadêmicas reconhecidas são parte dessa estradinha que o trio está abrindo, ao mesmo tempo em que nela caminha. E parecem, como diz um uruguaio, *amar la trama más que al desenlace!*

Está claro e evidente que o Ferraro Trio ajudou decisivamente a colocar o patamar da música feita em Sergipe em outro nível. Ao mesmo tempo, tem servido de exemplo para músicos em formação (suas apresentações estão sempre lotadas de jovens que aspiram e tragam cada nota). E mais, tem prestado o ótimo serviço de mostrar para muita gente que há salvação e esperança na música atual. É para isso que nesse momento o trio está captando recursos para preparar um álbum e colocar mais adubo no jardim que vem plantando com a ajuda da produtora Dani Dutra. Em breve, mais música feita a mão, com cuidado artesanal.

Tudo isso com grande autenticidade e natural discrição. Discrição que revela alto respeito pelo ofício, compromisso com a arte e com as próprias convicções de Robson, Saulinho e Rafa, todos eles professores envolvidos até o último fio de cabelo com ética e estética na música (e na vida, eu diria, por conhecê-los como pessoas). E revela também bastante daquilo que são os três amigos. Gente muito gente, que se apresenta com enorme gosto, sinceridade e simpatia. Basta assisti-los em ação, ver os sorrisos de retribuição que soltam. E aquela simplicidade que cativa demais, como se convidassem cada um do público para um café com cuscuz depois do show. 

Foto: André Teixeira



POR QUE EU

Clóvis Barbosa

S eis horas da manhã de um dia em 1971 ou 1972. Minha mãe me acorda e diz que um homem, num “carro de rico”, queria conversar comigo. Dissera que era da Universidade Federal de Sergipe. Tremi nas bases. Uma semana atrás tinha sido chamado na Polícia Federal para falar com um delegado. Fui colocado numa sala escura e comecei a ser inquirido sobre minha militância política e o porquê das ofensas ao “regime democrático” comandado pelos militares. O prédio onde prestei depoimento era na Rua

Campos, onde foi assassinado o médico Carlos Firpo, crime que abalou a cidade no fim dos anos 50. Vivíamos o governo do General Emílio Garastazu Médice, um dos mais violentos do período militar. A repressão avançou e a tortura se tornou uma prática corriqueira no interior de delegacias e presídios espalhados pelo Brasil. O delegado, cujo rosto eu não via, foi muito ríspido comigo: – *Você é um comunista de merda!* – *Qual a sua moral para falar de crimes no regime militar?* – *Você sabe quantas pessoas Stalin matou*

na Rússia? – *Ele sim é que era ditador.* – *Você sabe quantas pessoas foram fuziladas por Fidel Castro em Cuba?* – *Ele sim é que é ditador.* – *Por que não vai embora pra Cuba ou Rússia?* – *Você vive num país em franco desenvolvimento, era do milagre econômico.* – *Estamos tendo um crescimento econômico na casa dos 10% ao ano.* – *E você vem com essa história de criticar o governo?!* Num dos poucos momentos que falei, disse pra ele que não era comunista e que a minha luta e dos estudantes de Sergipe, naquele momento, era pela construção

de uma casa do estudante e do restaurante universitário, ao que ele redarguiu: – *Porra nenhuma! O Senhor e seus colegas querem é derrubar o regime. Eu estou de olho no Senhor e nos seus colegas e vou fazer um relatório para o reitor expulsar vocês todos, cambada de subversivos!* O homem sabia tudo da minha vida: o banco em que trabalhava, os bares que frequentava, minhas viagens quando era presidente do Centro Acadêmico Sílvio Romero da Faculdade de Direito. Foram cinco longas horas entre a espera para a audiência e o festival de grosserias.

Também, nesse período, a Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da UFS havia aberto um processo contra mim, Jonas Amaral, Átalo Crispim e Vivaldo Sobrinho. É que nós fizemos discursos na porta da reitoria, à época na Rua Lagarto, pleiteando a casa do estudante e o restaurante universitário. Não me recordo se cheguei a ser ouvido, mas os professores que faziam parte da comissão comentaram que seríamos expulsos por força do Decreto-Lei nº 477, chamado de “AI-5 das universidades”. Assinada em 26 de fevereiro de 1969, pelo então presidente Arthur da Costa e Silva, a norma previa a punição de professores, alunos e funcionários das universidades. Os docentes e servidores punidos eram demitidos e ficavam impossibilitados de trabalhar em qualquer outra instituição federal de ensino por cinco anos, enquanto o estudante era expulso e ficava proibido de

cursar qualquer universidade no país. Qualquer ato que viesse de encontro ao sistema, fosse incitação à deflagração de paralisação das aulas, passeatas, desfiles, comícios, distribuição de material contendo críticas ao governo, ou mesmo o uso da dependência ou recinto escolar para reuniões de cunho político, tudo era motivo para abertura de um processo sumário. Coordenado pelo órgão de segurança da instituição de ensino, o suposto infrator era citado para oferecer defesa em 48 horas. Nesse mesmo prazo, o presidente do inquérito era obrigado a elaborar um relatório especificando

Vivíamos o governo do General Emílio Garastazu Médice, um dos mais violentos do período militar. A repressão avançou e a tortura se tornou uma prática corriqueira no interior de delegacias e presídios espalhados pelo Brasil.

a infração cometida, o autor e as razões do seu convencimento. Encaminhava para o reitor que tinha idêntico prazo para proferir

sua decisão, sob pena da prática do crime de prevaricação, definido no artigo 319 do Código Penal. O reitor ainda era obrigado a remeter aos órgãos de segurança, mensalmente, um relatório dos processos em andamento contra estudantes, professores e funcionários. Vivíamos um tempo de terror. Desde a edição do AI-5, em 1968, estava proibida a existência da entidade nacional de representação dos estudantes universitários, a União Nacional dos Estudantes - UNE, e de entidades estaduais, os diretórios centrais de estudantes - DCEs.

Os centros acadêmicos foram ocupados, por algum tempo, pela ditadura e entregues a estudantes reacionários que atuavam como interventores. No pós-intervenção, fui o primeiro presidente do Centro Acadêmico Sílvio Romero da Faculdade de Direito. Ainda nessa fase, militava em duas bases do Partido Comunista Brasileiro, a dos bancários e a dos estudantes de direito. A minha vida era uma correria: bancário, estudante, representante dos estudantes no Conselho Universitário da UFS, dupla militância política, no PCB (clandestino) e MDB (membro do Diretório Municipal), diretor da JOVREU, uma entidade de fins culturais, além de escrever sobre cinema para jornais. Para encher a minha cabeça de dúvidas com aquela visita inesperada do reitor em minha casa, lembrei-me que tinha recentemente participado de um debate com o ministro da educação, Jarbas

Passarinho, na sala dos conselhos da UFS, quando de sua visita à Universidade. Perquiri ao mesmo sobre o Decreto-Lei nº 477, sobre a reabertura da UNE e dos DCEs e reivindiquei a edificação da casa dos estudantes e do restaurante universitário. Sobre o Decreto,

“

Desde a edição do AI-5, em 1968, estava proibida a existência da entidade nacional de representação dos estudantes universitários.

afirmou que não foi sua a autoria, mas do ex-ministro da pasta, Tarso Dutra. Disse que, nos procedimentos com base nesse Decreto-Lei, só caberia ao ministro da educação rever os casos de absolvição proferidos pelo reitor ou diretor de uma faculdade isolada. Ou seja, o ministro só tinha o poder de intervir se o aluno fosse absolvido. E ele contou que modificou essa praxis com o seguinte argumento: se posso condenar quem tinha sido absolvido, quero então absolver os condenados. A partir daí, todos os processos de condenação ou absolvição foram parar no seu gabinete. Isso, segundo ele, foi ruim, pois passou a ser tido como o dono do 477.

Afirmou que nunca condenou um aluno ou professor pela prática da livre manifestação, a não ser em casos de participação na luta armada para tomada do poder. Não respondeu sobre a reabertura das entidades estudantis, mas, a respeito da casa dos estudantes e do restaurante universitário, pediu ao reitor que encaminhasse um projeto ao MEC, a fim de estudar a possibilidade de sua implantação na UFS.

Apesar de não termos sido tratados grosseiramente pelo ministro, mas aqui e ali com certa ironia, eu e Átalo Crispim, outro representante dos estudantes, não ficamos bem vistos. Alguns membros dos conselhos – universitário e de ensino e pesquisa – passaram a nos observar com olhares “atravessados”. E nós “nem aí” para eles. Para maior desconforto desses professores, no final da reunião, o ministro, ao lado do reitor João Cardoso, falou para mim que eu tinha razão: – *O Decreto-Lei nº 477 é mesmo draconiano. Ao que retruquei: – E por que não revoga? Afinal, Vossa Excelência é o ministro da educação.* Ele apenas riu. Agora, eu mudando a minha roupa e pensando o que era que o reitor João Cardoso queria comigo. Um filme passava em minha cabeça. Estava nervoso, branco como um papel e quase não conseguia me manter em pé. Saí e avistei o reitor João Cardoso e perguntei o que estava acontecendo. Ele me convidou a entrar no *Galaxie* da reitoria e disse que queria falar comigo. Embarquei

ao seu lado no banco traseiro. Ele disse: – *Nós vamos ali conversar com Dom Luciano Duarte. Estamos precisando de você.* E começou a fazer uma série de ponderações a respeito da pressão que sofreu e estava sofrendo para punir estudantes. Falou das prisões em Ibiúna, de Gama, Benedito Figueiredo, Wellington Mangueira, Jackson Barreto e tantos e tantos outros estudantes que estavam na mira dos órgãos de repressão; das ameaças que estava sofrendo por não tê-los expulsado da Universidade; das conversas que teve com o ministro da educação e com representantes da linha dura do governo. Dizia que não aguentava mais a solidão do cargo e estava pensando até em renunciar. Enfim, representando ou não, ele começou a tocar o meu coração. Eu indaguei: – *E o que eu posso fazer por Vossa Magnificência? Eu não tenho como ajudá-lo. Eu não sou nada, não represento nada e, o que é pior, eu combato esse regime que está aí. Eu sinto muito!* Nisso chegamos à Diocese. Dom Luciano nos esperava. Na época, ele já era arcebispo de Aracaju e exercia um alto cargo num órgão federal, não sei se no MEB ou no MEC.

Retornamos a conversa e eu morrendo de curiosidade, apesar de não ter ainda me recuperado da surpresa daquela visita. Dom Luciano disse: – *Precisamos de você. O presidente Médice está chegando hoje a Sergipe e você vai acompanhar o reitor João Cardoso no palácio do governo. Você, o governador Paulo Barreto e o reitor*

João Cardoso. Levantei-me e respondi aos dois: – *Vocês estão loucos! Se eu comparecer a esse ato de “beija-mão” vou ser fuzilado pelos meus companheiros! Será a minha destruição como homem de esquerda! Imagine?! Os dois ficaram alguns minutos calados e eu andando de um lado para outro na sala de estar e resmungando: – Não, não e não!* João Cardoso repetiu toda a história que tinha me falado antes. Dom Luciano foi mais duro: – *Tá bom! Quando o Senhor precisou de mim para salvar o seu amiguinho Wellington Mangueira eu prestei. Agora o Senhor me dá as costas!* E passou a falar de uma parábola bíblica que me sensibi-

lizou naquele momento. Olhava para o reitor e seus olhos me imploravam aquele favor. Não tive nem tempo de perguntar por que eu, e não Átalo Crispim ou Vivaldo, estudantes de medicina. Comecei a pensar nas consequências daquela minha presença com o ditador. Via Márcelio Bomfim, Jackson Sá Figueiredo, Mário Jorge, Tina, Major João Teles, Carivaldo, Bitencourt, Virgílio, Pedro Hilário, Jackson Barreto, Jonas Amaral e tantos outros, no bar de Burguesia, com os dedos em riste apontando para mim: – *Traidor!* Acordei de repente, me quedei inerte e disse para ambos: – *Eu irei! Entro com o reitor, aperto as*

mãos do ditador e desapareço! A alegria brotou nos olhos do reitor e Dom Luciano disse: – *Eu sabia que você era um bom cristão!* João Cardoso me deixou em casa e ficou de retornar às 11 horas. Compareci ao Palácio Olímpio Campos, cumprimentei o governador Paulo Barreto e o presidente Médice... e desapareci. À noite, vasculhei os jornais de Aracaju atrás de fotografias minhas no evento. Achei três na Gazeta de Sergipe e retirei do seu arquivo com a complacência do fotógrafo Luiz Carlos. Nunca meus companheiros souberam desse encontro. E eu nunca soube o porquê da minha presença. ■



40
anos

OPERAÇÃO CAJUEIRO

*O silêncio
da imprensa
de Sergipe e
a luta dos
correspon-
dentes*

Milton Alves



De repente, um Opala amarelo para bruscamente no cruzamento das Ruas Permínio de Souza e Nossa Senhora das Dores. Dentro do carro somente o motorista como ocupante. Camarada Milton Alves, os companheiros estão caindo. Não sabemos para onde estão sendo levados nem por quem. Cuide-se e não saia de casa. O anúncio das prisões e o conselho foram do então deputado estadual Jackson Barreto (MDB), hoje governador de Sergipe. Eu conversava com um grupo de amigos, todos sentados num degrau de entrada do Bar de “Seu” Dinho. Os amigos ficaram sem entender o enigmático anúncio. Estávamos a nos preparar para o sábado de Carnaval, dia do desfile do Bloco de Sujos que saía do Bairro Suissa, passava pelo Bairro Cirurgia e encerrava o cortejo carnavalesco no Centro de Aracaju. Atendi o conselho. Em casa, minha mãe me vendo cabisbaixo e silencioso, perguntou: O quê houve? Algum problema? Não, nada. Tudo bem – respondi secamente e recolhi-me ao quarto.

Os dias seguintes foram de terror, sequestros, prisões e torturas. Estava em curso a Operação Cajueiro. Na função de correspondente do Jornal da Bahia, encontrei-me com o jornalista Paulo Barbosa de Araújo, correspondente do jornal O Estado de São Paulo. Trocamos poucas palavras, suficientes para a confirmação de que militantes do Partido Comunista Brasileiro, PCB,

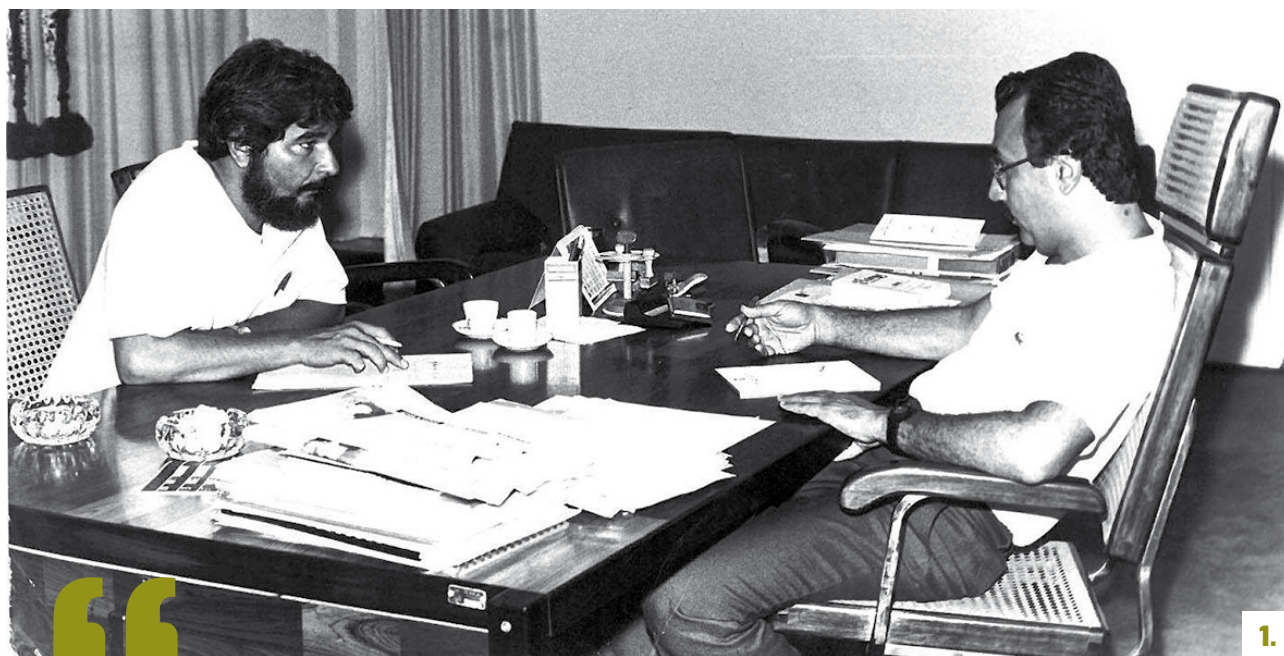
estavam sendo sequestrados. Não se sabia muita coisa. Nas redações dos jornais, emissoras de rádio e de televisão nenhum informação. Discutia-se o início do campeonato sergipano de futebol e se marcava encontros no Iate Clube, Associação Atlética, Cotinguiba e Vasco – principais clubes sociais que ofereciam a sócios e convidados grandes bailes de Carnaval. Na semana que antecedeu a festa popular, os sequestros se sucederam em escala. Como não eram de Sergipe, os militares gritavam o nome das pessoas e estas quando olhavam e respondiam sim, sou eu, sentiam sobre os olhos uma fenda de borracha. Não sabiam para onde estavam sendo levados.

Foi gritante o silêncio da imprensa de Sergipe sobre as prisões. Paralelamente, as notícias chegavam para os jornalistas que trabalhavam para os jornais sediados em Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Os presos estavam nos porões do 28º Batalhão de Caçadores. A tropa federal de Sergipe havia sido dispensada, substituída por outra enviada da Bahia. Pelas ruas centrais de Aracaju, os foliões animados compravam adereços para a festa de Carnaval e ensaiavam sucessos musicais: “oh, Jardineira por que estás tão triste”... Depois de analisarmos com detalhe as informações que tínhamos, concluímos que os dados eram suficientes para denunciarmos os sequestros, as prisões e as torturas. Vaza o nome da Operação Cajueiro.

Os jornais O Estado de São Paulo e Jornal da Bahia quebraram o silêncio, rompendo a cortina sobre aquele período escuro da história política brasileira. As notícias do “Estadão” eram identificadas como “dos enviados especiais” e as do Jornal da Bahia “da Sucursal em Aracaju”.

O clima de medo se estabeleceu. Eu e Paulo Barbosa fomos tomados por esse sentimento. Sabíamos dos riscos, tínhamos ligações pessoais e ideológicas com aqueles que estavam sendo sequestrados e torturados, mas era preciso denunciar a Operação Cajueiro – justificada como necessária para impedir que a célula do Partido Comunista Brasileiro, fincada em Sergipe, organizasse uma ofensiva que pudesse derrubar o Governo Militar que havia sido imposto pelo golpe de 1964, quando o Brasil passou a viver uma Ditadura. Para reforçar a tropa federal enviada da Bahia, uns poucos militares do 28º Batalhão de Caçadores permaneceram no quartel e outros convocados da Marinha e da Polícia Militar. Os presos políticos saberiam onde estavam depois que tiraram as vendas de borracha sobre os olhos e sentiram o cheiro vindo do estábulo da guarnição federal.

Os dias se passaram, aumentava o desespero dos familiares dos presos políticos... Nas redações dos jornais, emissoras de rádio e televisão a ignorância do fato não se alterou. Os correspondentes de O Globo, Paulo Fernando Moraes, e do Jornal do Brasil, José



Os militares gritavam o nome das pessoas e estas quando olhavam e respondiam sim, sou eu, sentiam sobre os olhos uma fenda de borracha.

Carlos Góes Montalvão, se somaram na luta para denunciar os sequestros, prisões e torturas que marcaram a Operação Cajueiro. José Carlos Góes Montalvão acumulava as funções de correspondente do Jornal do Brasil e de diretor de Redação da Tribuna de Aracaju (Correio de Sergipe, hoje). Ao tentar emplacar uma pequena nota no matutino sediado em Aracaju que fizera para o jornal carioca sobre as prisões, foi

repreendido pelo então dono da empresa Heráclito Rollemberg (à época, deputado estadual da Arena): Quer me criar problema? Fora do contexto da imprensa de Sergipe, a luta dos correspondentes para que as prisões e torturas fossem denunciadas.

Era preciso vencer o medo. Por um tempo, íamos às lojas na Rua João Pessoa (e até ao Cinema Palace) solicitar o telefone para falar com nossas casas – na verda-



de fazíamos ligações para os jornais, e as redações sabiam. Havia sempre um funcionário para ligar gravadores para facilitar com mais precisão e rapidez a transmissão dos textos. O jornal Estado de São Paulo mantinha um telex instalado numa pequena sala do mezanino do prédio do Cinema Palace. Composições de textos e transmissão eram à base da luz do aparelho para evitar suspeitas. Quando íamos embora, o cami-

nho nunca era o mesmo: cada um numa direção diferente.

Passivamente a imprensa de Sergipe continuava silenciosa. Nos porões do 28º Batalhão de Caçadores as torturas se multiplicavam. Frágeis, os presos políticos eram levados para interrogatórios, para acareações. Filho da puta, diga o que sabes ou vais morrer! Quem está pagando os comunistas? – uma pergunta que se fez variadas vezes. O silêncio

como resposta irritava os torturadores que reagiam com tapas, chutes, choques Elétricos e sucessivas ameaças contra a vida até de familiares daqueles considerados perigosos para a segurança nacional. Houve ordem superior para que as sessões de torturas fossem “qualificadas”. O país já sabia que em Sergipe a Operação Cajueiro se estabeleceu com sequestros, prisões e torturas. Os relatos dos familiares dos presos políticos

FOTOS

1. Milton Alves e Jackson Barreto
2. Milton Alves e José Carlos Montalvão
3. José Carlos Montalvão
4. Paulo Fernando Teles





5.



6.



7.



8.

5. Marcelio Bomfim
6. Wellington Mangueira
7. Paulo Barbosa de Araújo
8. Milton Coelho (E) e Antonio Bittencourt (D)

eram angustiantes. No 28º Batalhão de Caçadores se formou uma fortaleza e nenhuma informação dali poderia sair. Mas essa fortaleza ruíu pelos relatos dos familiares dos presos políticos que enriqueceram os textos-denúncias dos correspondentes.

Houve momentos de tensão quando a notícia sobre o estado de saúde do ferroviário Pedro Hilário vazou. No quartel os presos políticos ficaram aflitos. Do lado de fora, eram os familiares a esperar por uma notícia que os acalmasse, muito embora soubessem ser difícil diante dos relatos dos bárbaros tipos de tortura. Depois de sucessivas sessões de maus-tratos, os médicos descobriram que

o ferroviário estava bastante debilitado e a pressão arterial tinha alcançado níveis preocupantes. Não poderia morrer nos porões do 28º Batalhão de Caçadores. Os militares que comandavam a Operação Cajueiro decidiram coloca-lo em liberdade. Ele morreu dias depois em casa, ao lado dos familiares.

Com avalanche de notícias sobre as torturas – as mais cruéis possíveis – dentro de uma guarnição federal, denunciadas pela imprensa nacional, o então comandante da 6ª Região Militar general Fiúza de Castro – um militar da linha dura do Exército – desembarcou surpreendentemente em Aracaju. Incisivamente ele negou as torturas, jurou que as prisões foram legais, com base na Lei de Segurança Nacional... ao deixar Aracaju, os maus-tratos recrudesceram. Teria ordenado: continuem com o bom serviço.

A cidade já brincava o Carnaval. Por ordem militar, a Gazeta de Sergipe na edição do dia 29 de fevereiro de 1976, um domingo, em manchete de primeira página estampou: **“Advogado preso aconselha juventude abominar comunismo”**. Referiu-se à carta assinada pelo

preso político Wellington Dantas Mangueira Marques, que renunciava ao comunismo e igualmente ao uso da maconha. O jornal publicou na página 8, daquela edição, integralmente a carta distribuída pelo Comando da 6ª Região Militar. Wellington Mangueira nunca renunciou ao marxismo e jamais fumou mesmo um simples cigarro. Na mesma edição, página 6, o jornal informou numa nota de sete linhas na Coluna Informe GS, que “pelo noticiário da imprensa do Sul do país, tomou-se conhecimento que aqui esteve mesmo na quinta-feira o comandante da VI Região Militar (general Fiúza de Castro) e o chefe de Relações Públicas, major Alcântara”.

Estávamos, eu e Paulo, sentados num banco da Praça Almirante Barroso, que fica entre o Palácio Museu Olímpio Campos (antiga sede do Governo de Sergipe) e a Escola Legislativa (antiga sede do Poder Legislativo), Centro de Aracaju. Discutíamos a pauta sobre a Operação Cajueiro quando se senta ao lado João Moreira (João Banha), ligado ao Serviço Nacional de Informação – SNI. Dirigiu-se para Paulo Barbosa e perguntou: quem são

os enviados especiais do “seu” jornal – O Estado de São Paulo? Não sei – respondeu Paulo Barbosa, acrescentando: o jornal quando quer informações sem colocar seus repórteres em risco, nada avisa. E o Jornal da Bahia, onde fica a sucursal? E tem? – respondi com outra pergunta. João Moreira era um homem do SNI com quem jornalistas conversavam rotineiramente, mesmo porque muitos foram alunos da esposa dele, Maria Augusta Lobão – ensinava História.

Quando os presos políticos começaram a ser colocados em liberdade, com riqueza de narrativas sobre os sequestros, prisões e torturas, como a de Milton Coelho que ficou cego, a imprensa de Sergipe manteve seu silêncio – para ela, nada havia ocorrido no estado. Livre, o ex-presos político Marcélio Bonfim, numa frase resume, ainda hoje, o papel dos correspondentes: “A Paulo Barbosa e a Milton Alves devemos vidas, quando denunciaram as prisões e quebraram nossa incomunicabilidade”. Conversar sobre a Operação Cajueiro emociona quem viveu aqueles dias de terror, mesmo quando se tem a oportunidade de conhecermos quais foram os agentes do estado que seqüestraram, prenderam e torturam aqueles que entenderam ser perigosos e uma ameaça para a Nação que queriam vê-la dominada pelo comunismo.

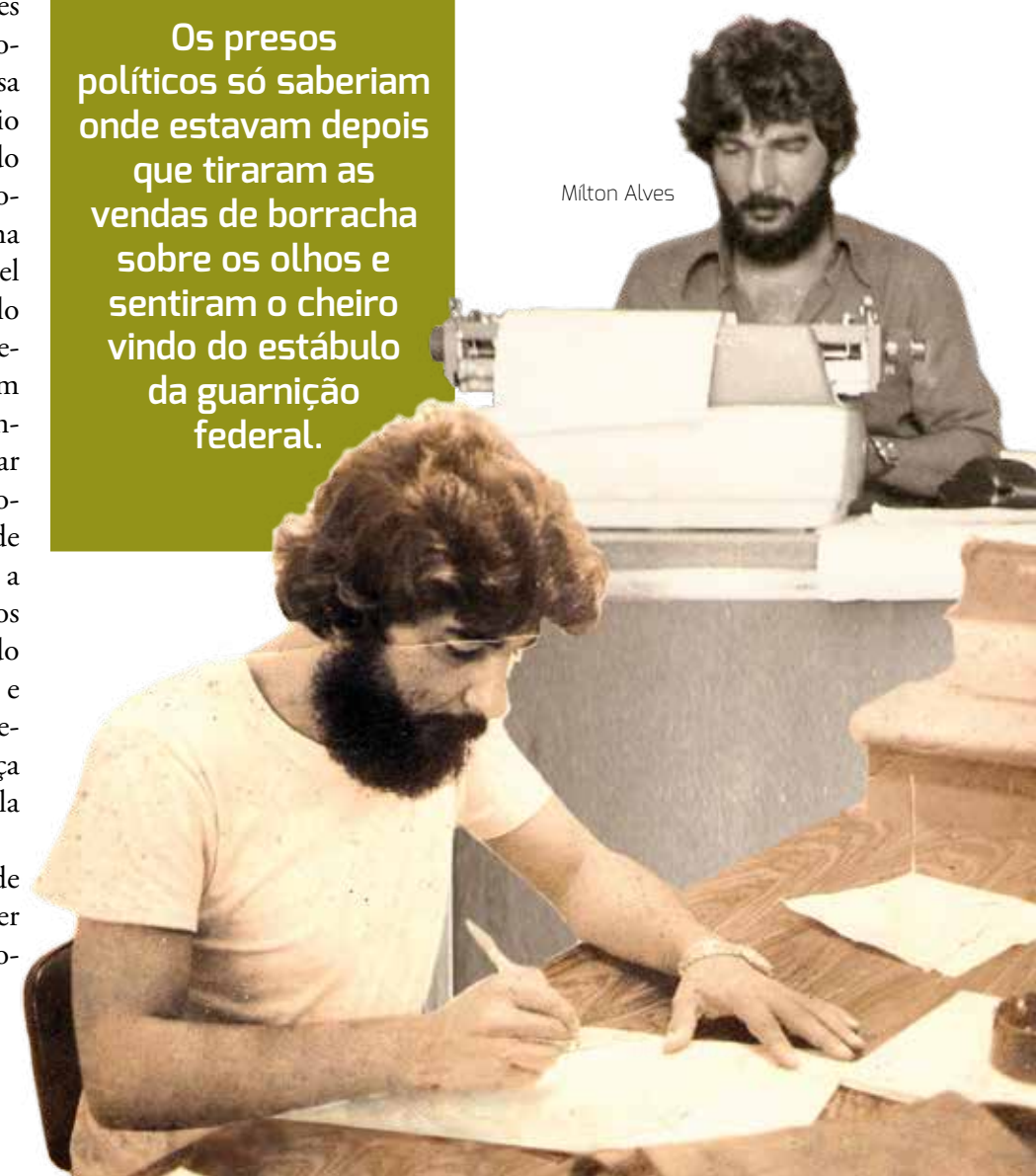
Faz 40 anos, em fevereiro de 2016, e não podemos esquecer ou negar a História. Num mo-

mento histórico, o governador de Sergipe, Jackson Barreto, de quem ouvi o anúncio das prisões e o conselho para me recolher em casa, instalou a Comissão da Verdade e a batizou de Paulo Barbosa de Araújo, falecido em 2000. “O que se quer é resgatar as verdades de um período repleto de lacunas na História de Sergipe e do Brasil, a Ditadura Militar”, explicou o governador, ao observar que “a Comissão da Verdade não tem caráter revanchista, não é o

ódio que a conduz, mas é preciso esclarecimentos dos fatos para guardar na História, para que as novas gerações, de forma profunda, tomem conhecimento do que aconteceu em Sergipe”. “Quando reencontramos os companheiros e relembramos tudo que enfrentamos, dizemos: valeu! Digo de coração aberto, o que fizemos pela democracia e liberdade faríamos novamente”, apontou Jackson Barreto, diante de companheiros que foram sequestrados, presos e torturados durante a Operação Cajueiro. Desta vez, pelo menos, a imprensa de Sergipe não silenciou. 

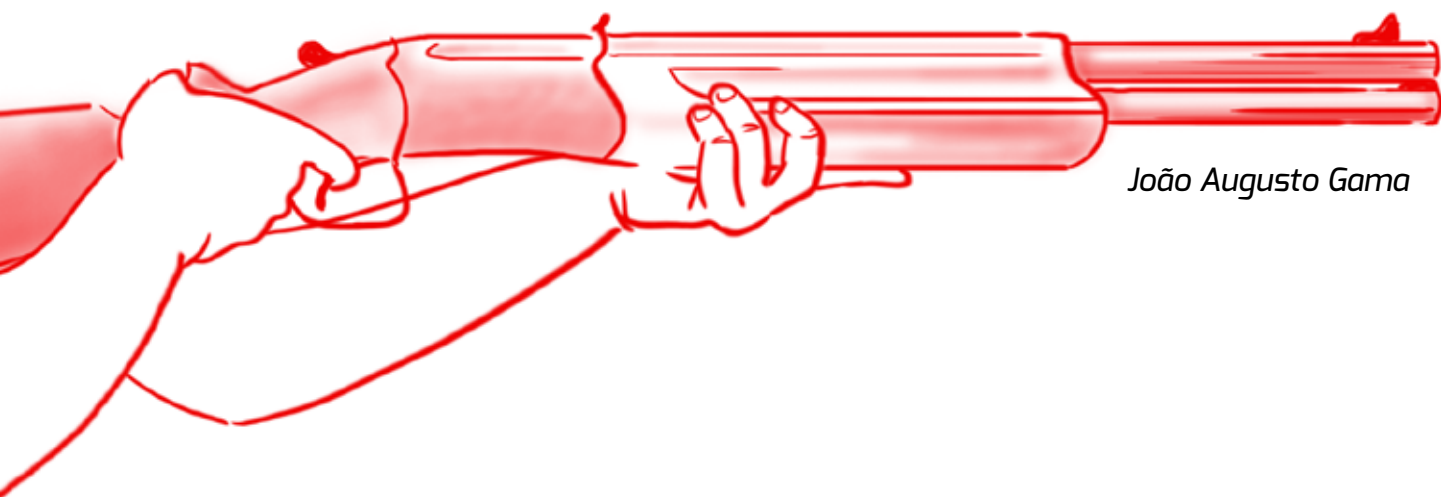
Os presos políticos só saberiam onde estavam depois que tiraram as vendas de borracha sobre os olhos e sentiram o cheiro vindo do estábulo da guarnição federal.

Milton Alves



DOIS CRIMES

*em Sergipe nos anos 80.
A elite sergipana se mata?*



João Augusto Gama

O primeiro tiro foi forte e seco. De escopeta. A cabeça de Carlos Augusto tombou para frente caindo sobre o volante disparando a buzina. Ele tinha acabado de entrar no carro e ligado a ignição. Era por volta das 7h30 da noite quando nós dois saímos do “Cacique Chá”. Seu carro estava do outro lado da rua, onde hoje funciona a Procuradoria Geral do Estado. O meu carro estava estacionado no mesmo lado do restaurante, isto é na Praça Olímpio Cam-

pos. Percebi quando um carro parado do mesmo lado do carro de Carlos Augusto deu partida. Havia três homens dentro. O carro estava exatamente na antiga sorveteria “Iara”. Gritei avisando a Carlos Augusto que ouviu o meu grito. Foi tarde. Um dos criminosos deu o segundo tiro. Um tiro de revólver e o carro seguiu em velocidade em direção à Rua da Frente. Foi o “tiro de misericórdia”. Os frequentadores do “Cacique” ouviram os dois disparos e cor-

reram para ver o que aconteceria. Neste momento passou uma caminhonete que parou e deu socorro levando a vítima para o Hospital São Lucas, na zona sul da cidade. Marcelo Déda e José Carlos de Almeida Filho, saídos do “Cacique”, ajudaram a colocar Carlos Augusto, deitado, na viatura e José Carlos, nosso amigo “Zé Miséria”, foi ao lado de Carlos Augusto até o hospital, lá permanecendo até o resultado da cirurgia. No hospital Carlos Augusto me pediu

que chamasse Dr. José Augusto Barreto, médico conceituado e proprietário do hospital, para acompanhar todo o procedimento. Avisei a Teotonílio Mesquita, pai de Carlos Augusto e fui procurar Dr. José Augusto que estava em casa oferecendo um jantar a um casal de amigos. Muito gentil, o médico não demorou a chegar. Realizada a operação Carlos Augusto, logo teve de voltar ao centro cirúrgico para ser reoperado. Continuava com uma hemorragia na

carótida. Desta vez deu certo. Foi providenciado um forte esquema de segurança para sua proteção. Sua família temia que o hospital fosse invadido por pistoleiros para terminarem o serviço. Os boatos eram muitos. O hospital em pouco tempo ficou cheio. Parentes, polícia, imprensa tornavam a circulação difícil. A presença da segurança atrapalhava a rotina do hospital.

Alguns dias depois da tentativa de homicídio, em companhia de minha mulher, fui ao Rio de

Janeiro assistir a uma temporada do Balé Bolshoi que se apresentara no Teatro Municipal. Quando retornei, encontrei uma convocação do delegado Gisélvio Gonçalves para depor sobre o atentado. Eu era a única testemunha. Na delegacia, nas imediações do Ceasa, encontrei Gisélvio que, depois do meu depoimento, onde informei que não sabia a quem atribuir o crime, me disse que “Carlos Augusto Barreto Mesquita iria morrer pelas mãos das pessoas encarregadas de sua segu-

rança”. Sugeriu que eu o avisasse, mas sem envolver seu nome. Preocupado, fui ao “Cacique” e conversei com Antonio Góis, então juiz de direito, que achou que deveríamos conversar com Carlos Augusto em sua casa, aonde convalescia. Fomos imediatamente. Lá, surgiu uma oportunidade e eu lhe relatei a conversa com o delegado. Na mesma noite, despiando sua própria segurança, ele foi para São Paulo, onde ficou um longo período.

Em junho de 1988, antes do atentado a Carlos Augusto, aconteceu o crime do empresário e usineiro Fernando Luiz de Melo Barreto, assassinado barbaramente na porta do escritório da Usina Santa Clara, na Rua de Siriri, em Aracaju. Típico crime de mando. Foi uma comoção na cidade pela violência do homicídio e pelas relações sociais da vítima e de sua família. No Instituto Médico-Legal para onde seu cadáver foi levado reuniu-se uma multidão. O

trânsito ficou complicado na Praça Tobias Barreto. O homicídio aconteceu pela manhã. Cheguei às 2 horas da tarde. As especulações sobre a autoria intelectual do crime eram o assunto de todas as rodas formadas na Praça. Começava o convencimento da sociedade de que Carlos Augusto matara Fernando Barreto pelo

Começava o convencimento da sociedade de que Carlos Augusto matara Fernando Barreto pelo controle societário da Usina Santa Clara.

controle societário da Usina Santa Clara. A interminável briga de família. Ódios atávicos.

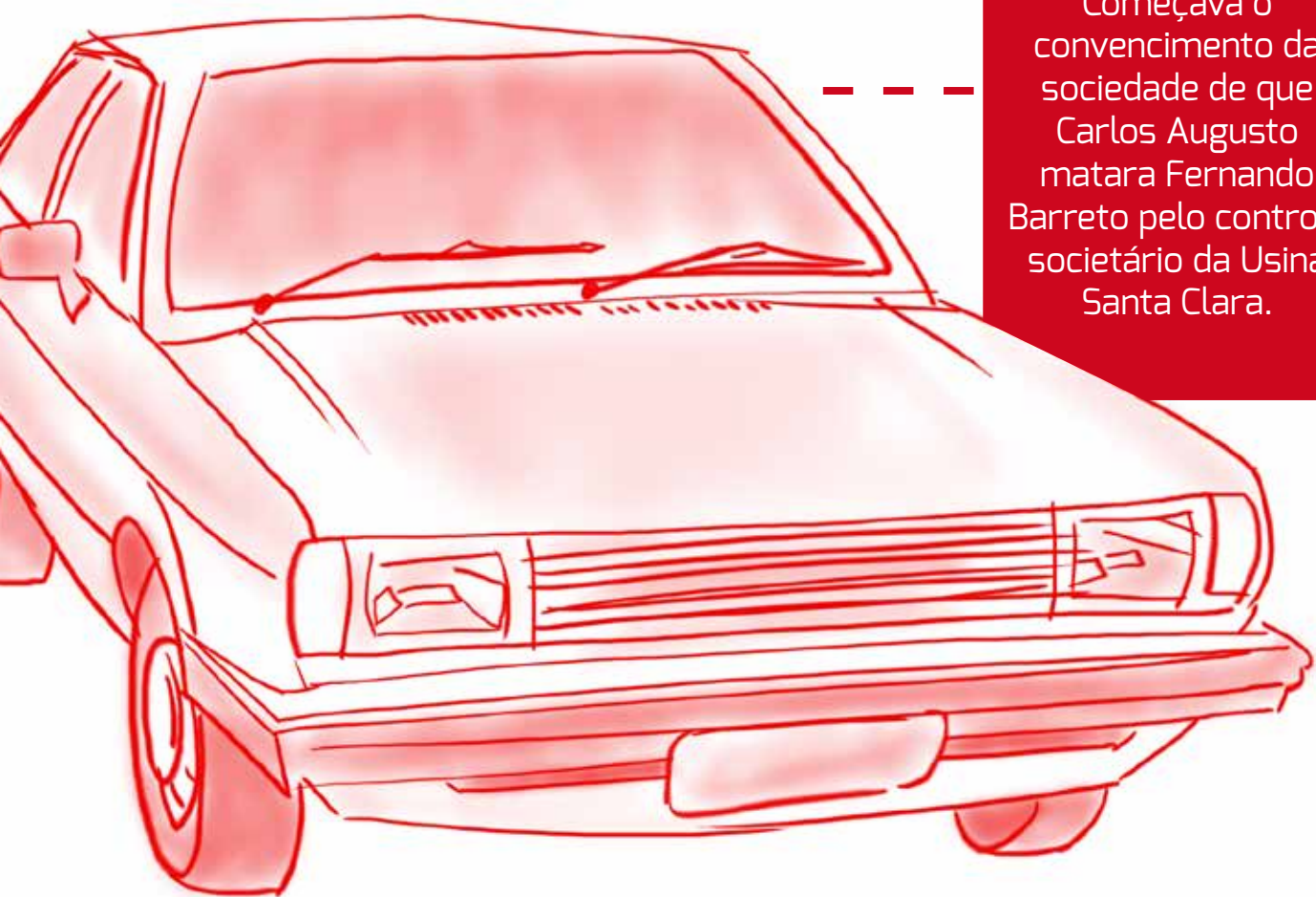
Conheci Fernando Barreto no início da década de 80, quando fiz uma incursão na advocacia, como sócio de Jaime Araújo e Valdemar Bastos Cunha. Como seu advogado, fui a algumas audiências na cidade Japaratuba, em processos, substituindo Jaime que se encontrava no Rio de Janeiro, trabalhando na Confederação Nacional das Indústrias. Os processos eram sempre

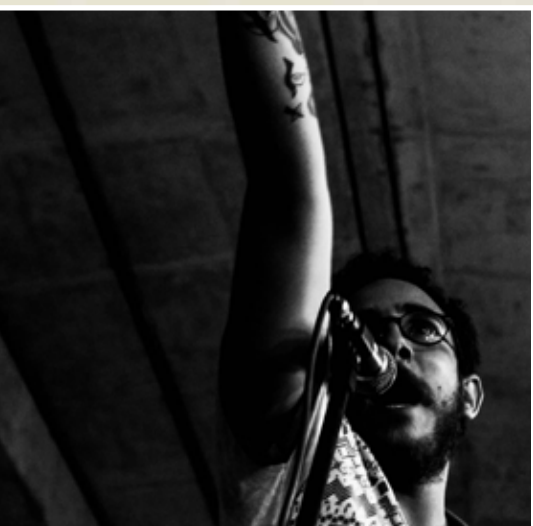
de litígio de terras. Tinha uma boa impressão de Fernando. Vivido e experiente, era uma excelente contador de histórias. Uma companhia agradável.

Fernando Barreto era tio de Carlos Augusto. Ambos pertenciam à elite sergipana. Tinham a mesma raiz. O primeiro, Fernando, era filho de Arioaldo Barreto, usineiro rico, dono de muitas terras no estado e da usina de açúcar Santa Clara, no município de Capela. A fina flor da “aristocracia crioula”. Reacionário, ligado

ao agronegócio, Arioaldo Barreto sempre militou politicamente com os setores mais retrógrados do estado. O segundo, Carlos Augusto Barreto Mesquita, era seu neto, filho de uma de suas filhas. Empresário bem sucedido. Com o falecimento de Arioaldo Barreto, surgiu uma forte disputa judicial pelo espólio, entre os seus herdeiros. A família cindida. Algum tempo depois do crime de Fernando Barreto, a justiça sergi-

pana decretou a prisão preventiva de Carlos Augusto como mandante do crime. Carlos Augusto fugiu para fora do estado evitando sua detenção. Dois anos depois conseguiu um Habeas Corpus em Brasília. Retornou à Aracaju no final dos anos 90, aonde veio a falecer de causas naturais, na primeira década do século XXI. Os dois crimes que em diversos momentos se entrelaçam, jamais foram solucionados. ■





Pedro Bomba, 26 anos, é poeta, nascido em Aracaju e um dos membros do Coletivo Sarau Debaixo. Atualmente, vem desenvolvendo e divulgando projeto de pesquisa sobre o tensionamento da poesia com a música. Para ouvir as poesias: www.soundcloud.com/pedrobombapoesia.

Ela me fez Zé Peixe

Ela me fez Zé Peixe
Me fez correr pelo calçadão
Pular, pegar impulso
Perder medo
Provar minha paixão

Da praça eu vim correndo
Atravessando a avenida
Disparei, brinquei com a vida
Conversei com dois índios
Que me contaram segredos
Fui então, perdi o medo
Pulei no Rio Sergipe
Quem me olhava era o Urubu
Talvez se perguntando
Melhor ter ido andando
Pela ponte Barra – Aracaju

Mas você me fez Zé Peixe
Me jogou ponte abaixo
nem quis saber de minha história
das coisas que eu acho
queria mesmo provar minha paixão
me desafiando a nadar por todo rio
mas eu nunca fiz natação

Você olhou pra mim e sorriu

Nadei feito um peixe grande
Ultrapassei a nado alguns tototós
Gritava, batia na água
Nadada de um braço só
Agora que você me fez Zé Peixe
Eu não volto mais não
Vou nadar por toda vida
Da Orla ao Calçadão
E volto só em fevereiro
Se deus permitir e quiser
Quando as águas do rio encher
Nos tambores do Maré.

Programação

É só meu filho passar no vestibular
Que eu vou estender uma faixa
Colorida de lona
12 por 30
no portão de casa
pra todo mundo ver
sair comentando
falando na vizinhança
que o filho de não sei quem
parente de tal e coisa
passou na faculdade de direito
sétimo lugar
entrou folgado
feliz e satisfeito
dando orgulho pra família

eu falei que aquele menino era assim
mas começou a fumar maconha
a barba cresceu
tá andando com os sem terra
cê acredita?
aquele desgraçado largou o curso de Direito
E tá fazendo Comunicação
Namorando com outro menino
e disse que ele
é o amor de sua vida
E eu
também acho.

Quando sou poema

O que escrevo não são poemas políticos
De protestos
Panfletos
partidos
ou coisa do tipo

Não escrevo cartilhas
Nem desvendo armadilhas
De um mundo impossível

Não faço do poema
Uma folha em branco
Sendo escrita nas normas da ABNT

Não introduzo
Nem desenvolvo

Até porque
O que muito lattes
Não morde

Você sabe disso

Quando escrevo
Sou reboliço
Escrevo a vida
Assim como ela se faz
A hipérbole é
Eufemismo
paradoxo
Quebras grama

ti

Cais

Quando escrevo poema
Escrevo como quem abre
Um animal
Passando a faca afiada
Fazendo linha vertical

Eu
Quando escrevo o poema
Sou o próprio animal
Oferecendo o que há de
Dentro
Para uma festa ancestral

Escrevo como quem
Trabalha
e ama
e dança
e corre
tropeça

Come
Bebe
E bêbado
E emprego
E desemprego

Escrevo com quem **salário**
Como quem noite
Como quem vende
Como quem
o próprio corpo

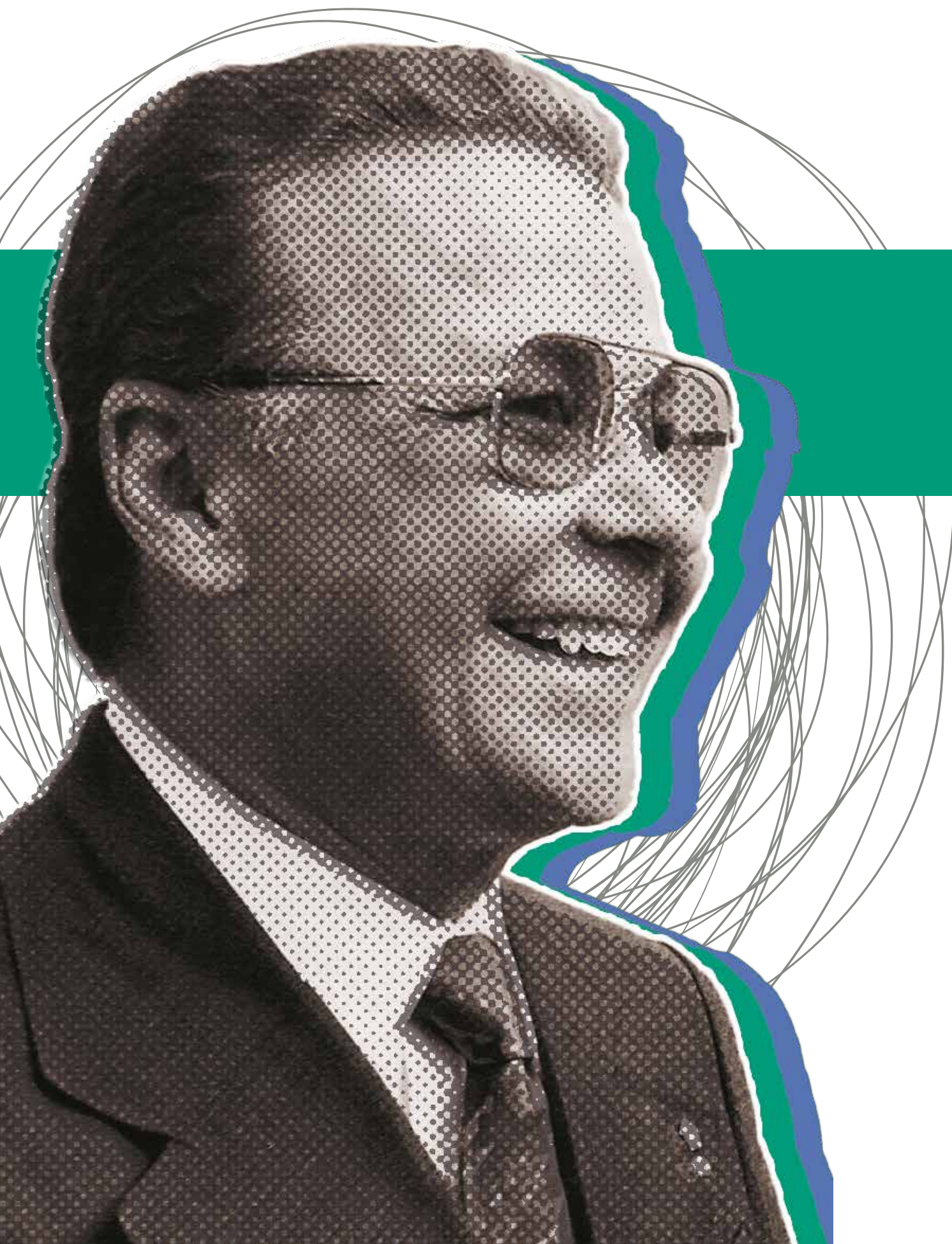
Escrevo como quem
É cego
E enxerga pelos ouvidos

Como quem tem rimas
Terceirizadas
E todo dia bate o ponto
Final.

Como
Um filho
Da puta que rala na tentativa
de também ser gente
Como quem vem de longe
Sendo estrada
Consequentemente

Escrevo
como quem atravessa
a rua na diagonal
na pressa de viver
de se poder
chegar mais longe





ANTONIO GARCIA – UM HOMEM À FRENTE DO SEU TEMPO

Lúcio Antonio Prado Dias

“(…) Poucos homens construíram um perfil tão múltiplo, tanto na compreensão da realidade, quanto na criação de linguagens, como Antonio Garcia Filho”

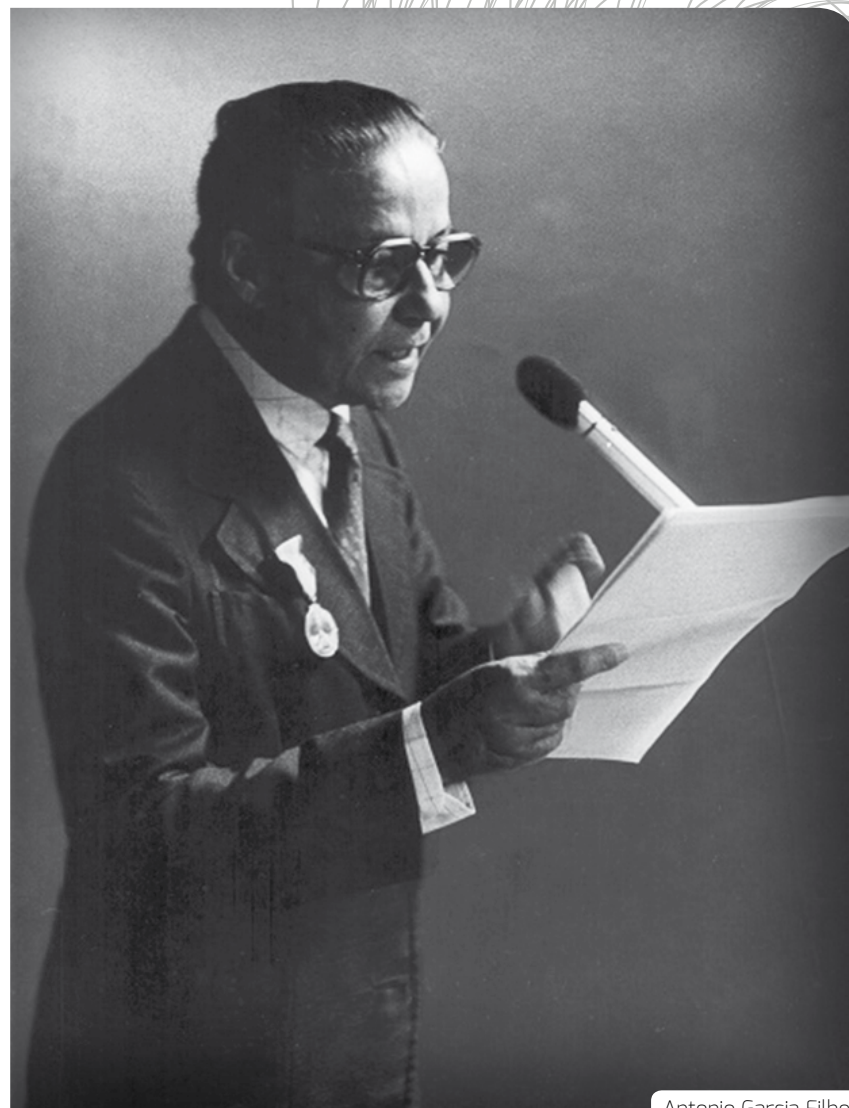
(Luiz Antonio Barreto)

No ano em que completou 74 anos, em entrevista concedida ao jornalista Osmário Santos, no Jornal da Cidade, este perguntou: – Uma realização? E Antonio Garcia respondeu-lhe, prontamente: – A Faculdade de Medicina de Sergipe. Esta afirmação peremptória está contida no livro Antonio Garcia Filho e a Faculdade de Medicina de Sergipe – Criador e Criatura, escrito pelo seu filho, o médico, biofísico, professor e ex-reitor da UFS, Eduardo Garcia, que conta em detalhes a saga do seu pai para ver concretizado o sonho dos médicos e da sociedade sergipana em possuir uma escola médica, isso na década de 60.

Como descrever a figura do saudoso médico Antonio Garcia Filho? Não é tarefa fácil, pois sua importância no contexto da vida médica e cultural do Estado é extraordinária e qualquer relato, por mais cuidadoso que seja, pode não representar com fidelidade a sua história. Aliás, urge que algum memorialista investigue com entusiasmo a saga dos “Garcias” e sua importância basilar na história recente de Sergipe e do Brasil. Refiro-me, em especial, aos homens Robério, Luiz, Carlos, Antonio e José Garcia Neto e seus descendentes, que juntos deram ao país três governadores, deputado federal, deputado estadual, vereador e reitor de Universidade, todos escritores, poetas, humanistas. Mas detenho a minha análise em Antonio, pela convivência mais íntima e fraterna, como professor, amigo e exemplo de vida.

Garcia se destacou na medicina, na política e na área cultural, nas suas múltiplas vertentes. Foi um homem que viveu permanente e intensamente o seu tempo, muitas vezes até se antecipando a ele, realizando coisas absolutamente fantásticas, típicas dos visionários.

Em meados da década de 1950, médicos ilustres tentaram fundar uma escola médica em nosso Estado, mas não conseguiram. Os fatos vieram demonstrar que o sonho da faculdade somente se tornou possível quando Garcia, comandando a Secretaria de Educação e Saúde, no governo do irmão Luiz, teve neste o apoio



Antonio Garcia Filho.

necessário para a causa, mas não foi só, costurou estratégias para enfrentar os enormes desafios, quando não a omissão de alguns. Antonio foi o primeiro Secretário de Estado da Educação, Saúde e Cultura. Entre as suas realizações, o Museu Histórico de Sergipe em São Cristóvão, onde contou com o trabalho dedicado dos irmãos Jenner Augusto e Junot Silveira.

Na área da reabilitação física, fundou o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, entidade dedica-

da ao tratamento e apoio a pessoas com deficiência física. Este Centro, do qual foi diretor por mais de 15 anos seguidos, foi, à época, o terceiro criado no Brasil e que desde então vem prestando inestimáveis serviços à coletividade, mesmo após a sua privatização, ocorrida mais recentemente. Fruto dessa sua experiência na área, escreveu o livro *A Reabilitação em Sergipe*.

A paixão de Garcia pela reabilitação era tão grande que foi



Antonio Garcia e Gilberto Freire.

fonte inspiradora para a criação, por ele próprio, do símbolo do Centro, formado por três linhas: reta, curva e quebrada – juntas, em equilíbrio, e dispostas em ofertório. Na sua concepção de médico (e artista), descrita no livro, a linha reta simbolizava as pessoas sãs, a curva os indivíduos deficitários recuperáveis e a linha quebrada os irrecuperáveis dos seus defeitos físicos, porém ajustáveis nas suas potencialidades restantes. Juntas, as linhas representavam o convívio social numa distribuição de posição e forças que asseguram um perfeito equilíbrio. E arremata: “dispostas estão, em ofertório, para cima, melhor direi para o ato, ou, mais precisamente, para Deus”

Atuou como clínico, anestesista e geriatra. Foi pioneiro, em Sergipe, no uso da entubação tra-

queal e introduziu neste estado a técnica da neuroleptoanalgesia, do uso de modernos agentes anestésicos gerais, como o halotano, da hipotermia sistêmica, usada, à época, como coadjuvante no tratamento de pacientes com porfíria aguda e da neurólise, para o tratamento da dor crônica em pacientes cancerosos. Foi o primeiro professor de anestesiologia da Faculdade de Medicina e presidiu o Centro de Estudos do Hospital de Cirurgia.

Garcia foi o primeiro diretor da Faculdade de Medicina e também o primeiro professor de bioquímica na recém-fundada Escola Médica. A lógica apontava ser ele o catedrático da clínica médica ou outra disciplina mais adequada. Mas quem lecionaria bioquímica, biofísica, matérias básicas nas quais os colegas

eram pouco familiarizados? Só poderia ser... Antonio Garcia! Assim, viajou para Recife com Lourival Bomfim, para reciclar conhecimentos na disciplina, ele na bioquímica e Bomfim na biofísica. Exemplos vivos de abnegação e altruísmo.

Quando os jovens médicos funcionários do Estado, reunidos em Assembleia Geral no antigo auditório completamente lotado da SOMESE, nos idos de 1984, resolveram entrar em greve em protesto pelos baixos salários recebidos e realizar manifestações de rua, se depararam com a figura de Antonio Garcia que, com um manifesto nas mãos, adentrou ao recinto emprestando aos colegas grevistas a solidariedade dos médicos “mais antigos”, a turma da “velha-guarda”.

Em outra oportunidade, a Prefeitura de Aracaju, comandada pelo médico Cleovansóstenes Aguiar, promoveu concurso pú-



Foi um homem que viveu permanente e intensamente o seu tempo, muitas vezes até se antecipando a ele, realizando coisas absolutamente fantásticas, típicas dos visionários.



Vereador Antonio Garcia Filho, 1948.

blico para escolher o hino oficial da cidade, com o resultado final apontando como vencedora a canção “ARACAJU, UMA ESTRELA”, de autoria de Antonio Garcia. Os governantes de Aracaju teriam feito uma grande justiça à história se oficializasse a música como canção oficial de Aracaju. Infelizmente, não perceberam a oportunidade histórica.

Autor de dezenas de composições, músicas e letras, muitas poesias, contos e encantos, se-
restas, hinos (compôs o Hino do 28º Batalhão de Caçadores), solidariedade e afeto. Coração

enorme de bondade e sede permanente de justiça social. Orador fluente e inovador. Na abertura do 1º Encontro Cultural de Laranjeiras, fez discurso antológico, sempre lembrado pelo imortal Carlos Ayres de Brito, “Acorda, Laranjeiras”...

Um fato pitoresco permeou a vida de Garcia no exercício da profissão: o “número 1” que usava no carimbo médico, apesar de constar no Conselho da classe com o número dois. Procurei saber os motivos. É que com a morte do médico Ávila Nabuco, em 1959, ano também

da fundação do Conselho do qual foi o primeiro presidente, Garcia, na condição de seu vice-presidente, assumiu o CRM 1, numa atitude perfeitamente legítima à época.

Além de presidir o Conselho Regional de Medicina, Garcia comandou a Sociedade Médica de Sergipe. Como fundador da Faculdade de Medicina, da qual foi diretor por oito anos, lutou pela criação da Universidade Federal de Sergipe, defendendo a tese, em debates acalorados, de que a instituição deveria ser criada em regime de autarquia.



Discursando com Dom Távora.

A universidade acabou sendo criada como uma fundação. Colocou seu nome à disposição da comunidade universitária para a reitoria, mas não logrou êxito. Não deixou, entretanto, de ser um grande entusiasta da instituição, sendo seu Pró-Reitor e Professor Emérito.

Na Academia Sergipana de Letras, Antonio Garcia ocupou a cadeira de número 1, que tem como patrono Tobias Barreto e presidiu o sodalício por 16 anos consecutivos. Da sua mente criativa e inovadora, surgiu o MAC – Movimento de Apoio

Cultural, contestado inicialmente por alguns, mas depois amplamente aceito e entendido como uma forma inteligente de “democratizar” a Academia, tirando-a de um certo marasmo cultural, já comentado por Garcia Moreno em artigo publicado no jornal “A Cruzada”, nos idos de 1959.

Foi membro fundador da Academia Sergipana de Medicina. Representou a Fundação Joaquim Nabuco em nosso Estado. Presidente do Conselho Estadual de Cultura, idealizou e realizou o Encontro Cultural de

Laranjeiras, ao lado do incansável Luiz Antonio Barreto. Teve ainda participação política como vereador de Aracaju (1947/49), sempre ligado ao Partido Socialista Brasileiro e como jornalista e redator em jornais na década de 1950. Dirigiu os jornais Correio de Aracaju e Gazeta Socialista.

Esse ilustre filho de Rosário do Catete, nascido em 29 de maio de 1916 e falecido em 22 de junho de 1999, deverá ter sempre a sua memória evocada pelo povo de Sergipe e o seu nome gravado no panteão dos sergipanos ilustres e honrados. ■

O olhar crítico do contista Célio Nunes

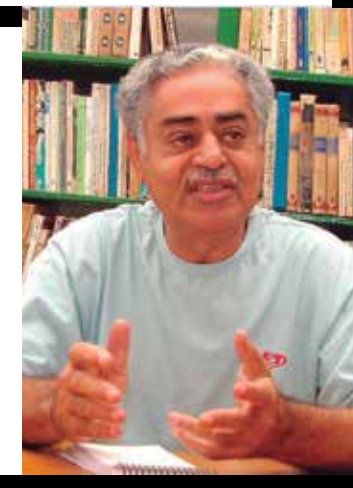
Foi durante o V Fórum de Poesia, em outubro de 1993, realizado pela Fundesc, onde apresentei uma comunicação sobre as comemorações do centenário de nascimento do poeta Vladimir Maiakóvski (1893-1930), que conheci pessoalmente Célio Nunes, apresentado pelo jornalista Paulo Afonso Cardoso da Silva, época em que era diretor de redação do extinto Jornal da Manhã (hoje Correio de Sergipe), cujas páginas abrigaram o suplemento cultural Arte & Palavra (1990-1993), por ele idealizado. Conheci e fizemos amizade imediata, que perdurou até a sua morte em 2009, aos 72 anos.

Gilfrancisco

“

O ambiente do meu lar, de meu pai e meu irmão lutando e arriscando conforto para lutar por um mundo melhor e as leituras, tornaram-me comunista, encaminhou-se, por minha vocação de jornalista, para tomar conta, ainda adolescente, do jornal semanal Folha Popular, órgão legal do ilegal Partido Comunista.

Célio Nunes



gócios. Em Ilhéus, teve passagem pelo “Diário da Tarde” e “Correio de Ilhéus”, além de exercer funções públicas no Estado da Bahia, entre as quais, Diretor da Divisão de Cultura da Prefeitura de Itabuna e Diretor da Câmara Municipal de Itabuna. O jornalista Célio Nunes participou ativamente do movimento cultural do sul da Bahia, inclusive do movimento de Teatro Amador. Durante o golpe militar de 1964, residindo ainda em Itabuna, foi preso pelo Exército por apoiar a invasão no município de Belmonte pelas Ligas Camponesas.

Com a regulamentação da profissão, em 1971, ele obteve o registro profissional e, no ano seguinte, retornou a Sergipe, trabalhando na imprensa e no serviço público. Fundador do Sindicato dos Jornalistas de Sergipe, do qual foi presidente por duas vezes, trabalhou como redator na “Gazeta de Sergipe”; “Jornal da Cidade” (redator e editor); “Jornal da Manhã” (redator, editor e diretor geral), onde criou o suplemento cultural Arte & Palavra,

Célio Nunes da Silva nasceu a 11 de outubro de 1938, em Aracaju. Filho de Júlia Canna Brasil e Silva (professora) e José Nunes da Silva (gráfico), tendo o casal mais três filhos, Hélio, Layde e Neyde. Fez seus estudos nesta capital, primeiramente numa escolhinha pública do Aribé, com sua mãe e depois no Grupo General Valadão. Conclui o ginásio no colégio Atheneu Sergipense, onde atuou como militante estudantil, integrando a primeira formação da União da Juventude Comunista, em Aracaju, passando depois pelo Colégio Tobias Barreto, onde em 1955 participou como Delegado ao VII Congresso da União Secundarista dos Estudantes de Sergipe. Seu pai, operário gráfico de jornais e da Escola Industrial (antiga Escola Técnica), foi líder classista, desde a década de 1920, ligado ao movimento comunista e ao Centro Operário Sergipano, onde fervilhava todo o movimento operário sindical do Estado, inclusive com passeatas, greves e edições de jornais como “Voz do Operário”. Tempos depois se tornou funcionário público do Estado, da Biblioteca Pública e da Secretaria da Fazenda, onde se aposentou. Devido a militância política, foi preso em 1935, pelo Interventor Eronides de Carvalho, voltando a ser processado pelo golpe militar de 1964, época em que dirigia o Centro Operário. Tendo iniciado no jornalismo muito jovem, na década de 1950, e copitado pelo Partido Comunista, assume

a editoria da “Folha Popular”, órgão ligado ao PCB.

Célio Nunes era autodidata em jornalismo, mas tinha o sonho de ser jornalista e escritor, por isso parte em 1959 para Salvador onde cursa alguns semestres a Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, época em que foi convidado por seu irmão, o poeta e também jornalista comunista Hélio Nunes, para morar em Itabuna, sul da Bahia, onde fundou a Sociedade Itabunense de Cultura (SIC), permanecendo por treze anos e exercendo o jornalismo profissional: repórter, redator e correspondente no Sul da Bahia dos jornais: “Tribuna da Bahia”, “Jornal da Bahia” e “A Tarde”. Trabalhou em jornais de Itabuna: “Jornal de Notícias”; “Diário de Itabuna” e nos tabloides: Desfile, Flâmula e SB-Informações&Ne-

que marcou sua passagem no cenário literário, divulgando poetas e escritores sergipanos, que não dispunham de maiores espaços nos jornais diários. Célio assumiu ainda as funções de membro do Conselho Estadual de Cultura, Diretor Administrativo e Financeiro da Segrase – Serviços Gráficos de Sergipe, onde eventualmente exerceu a presidência, Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas, Presidente da Associação Sergipana de Imprensa, Chefe da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Entre 2005/2006, através da coluna *De 7 Em 7*, Célio desenvolveu uma atividade regular de cronista (mais na linha literária) no semanário “Cinform”, que lhe deu enorme projeção, porque encontrou um jeito encantador, cheio de naturalidade, de escrever como quem está conversando com o leitor. Assim, pode tratar anos a fio dos assuntos mais variados. Culto e bem informado, conhecia não apenas a literatura do tempo, mas a da Bela Época, sobretudo francesa: Honoré de Balzac; Marcel Proust; Albert Camus; André Gide; André Malraux e outros. Célio Nunes lutou contra a censura, forma eficaz e profunda de violência que se tornou em nosso tempo horizonte e limite. Lutou sempre, lutou contra os fascistas, combateu os reacionários, enfrentou os militares e lutou contra a solidão seu maior inimigo.



Obras

*Trajetória para a Ilha dos Encantados*¹ reúne contos produzidos entre 1965 e fim dos anos 1970. Segundo o autor, são contos “Elaborados em várias épocas, não sei se apresentam algo característico/individual que permaneça implícito na minha saga no mundo da ficção. Desde cedo que escrevo, coloco na gaveta, retomo ideias, grande parte de trabalhos abandonados, renego rasgo, perco, outro parte guardo como significação apenas de um momento, lado afetivo/sentimental; a angústia existencial, os caminhos e descaminhos, o pré-auto-jugamento, são obstáculos na decisão de divulgar o que às vezes considero sem significação”.

Naquele tempo de dispersão e oportunismo, o contista Célio Nunes era um dos que reagiam e optaram pela transgressão da linguagem, com um espírito requintado, carregado pelo fetiche da arte de narrar. Com a publicação do seu terceiro livro, *Réquiem para José Eleutério*² (abas de Léo A. Mittaraquis), Célio Nunes

parece assumir de uma vez por todas a magia de transformar palavras em imagens, imagens em vivências capazes de impressionar profundamente o leitor. Não é preciso avançar muito em sua leitura para que a essência da obra se revele. Os contos de *Réquiem para José Eleutério* (quinze contos e uma novela) possuem uma homogeneidade de concepção que os situa numa mesma pauta e num mesmo ritmo de realização formal.

Célio Nunes, finalmente, retoma a sua trilha, na perplexidade da sua caminhada entre desencontros, mistérios e indagações com a determinação única de contar histórias, com a convicção de que está sozinho, pois necessita dividir suas angústias, desilusões e ilusões. Tendo como matéria prima o dia-a-dia, o autor transforma em seus contos de maneira magistral, extraído do cotidiano o humor, o drama, a ironia, o lirismo, a luta, o sonho humano, o brilho das ilusões, o agudo misté-

rio dos encontros e os caminhos que se cruzam e entrecruzam. O contista Célio Nunes, como uma energia da natureza, cuja voz é a própria matéria germinal do universo, conseguiu em suas composições ilustrar com clareza seu pensamento, procedendo por um preciso esquema de montagem, para chegar à demonstração do que é ser um bom contista, entregando ao leitor uma valiosa contribuição na leitura daquilo que acontece.

Como ficcionista, Célio Nunes nos dá mostras de profundo conhecimento da matéria e de incomum, lúcida capacidade de penetração, quanto à forma ao processo da narrativa e à construção de ideias. Escritor singular, tanto na inventividade quanto na estrutura plástica de cada conto, utilizando-se de uma linguagem enxuta, estilizada e incensurável, que sobrevém como uma resultante desse fluxo poética que valoriza definitivamente sua construção narrativa.

Apesar de todos os seus vaivens, ainda com todas as suas contradições, Célio é um dos mais significativos nomes da atualidade, tanto por sua qualidade própria, como por sua influência na produção do conto das últimas décadas na literatura sergipana, embora se mantendo relativamente à margem desse processo. Talvez por isso sua contribuição seja mais difícil de ser reconhecida, o que não implica que seja menos poderosa e atuante ao longo dos anos.

Outro aspecto que destaca a obra de Célio Nunes é que o “jornalista” estava sempre de olhos bem abertos, fala dos intrincados caminhos das relações humanas, as palavras têm a generosidade e o desespero de se darem a ver, a sentir, tudo aqui e agora, em perfeita sintonia com a visualidade do nosso tempo. É preciso remarcar, ainda, a presença de uma linguagem amadurecida e forte, a boa capacidade de fabulação, que dão a esperança de que Célio tenha mais coisas para nos oferecer. O seu quarto livro, *O Diário de W. J. e outras histórias*³, saudado pela crítica especializada, comprova o talento deste que continua sendo um dos mais importantes autores sergipanos.

*Microcontos*⁴, livro póstumo, é uma metáfora do real, parte sempre da realidade concreta e a transfigura: partindo de um simples episódio, constrói o seu micromundo ficcional, captando partículas de vida, aspectos escondidos da realidade, um olhar quase oculto, um rosto, um segredo, um silêncio. O contista mergulha em si mesmo, numa sondagem da própria intimidade, uma literatura composta, numa linguagem abrandada e doce, como se desejasse penetrar no interior das coisas. Neste último trabalho, Célio Nunes procurou a transcendência – o lugar de todos os tempos, fora do tempo, o único espaço que escapa à morte.

Como poucos, ele deu a sua obra um caráter empenhado, procurando sempre atribuir-lhe

uma função, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista estético cultural. Assim, Célio Nunes firmou sua fama de excelente contista. Sobre o livro, diz Plínio Aguiar, companheiro de tertúlia no sul da Bahia: “O que o escritor sergipano Célio Nunes chama de Microcontos configura-se como um texto com poucas linhas, dosado com alta densidade ficcional e, como característica peculiar de sua prosa, enveredando pelo insólito, buscando surpreender sempre o leitor”.





Publicações

Contos. Itabuna, Itagraf, 1963.

Trajétoria para a Ilha dos Encantados. Aracaju, Edições Desacato/Secretaria de Educação e Cultura/Subsecretaria de Cultura, 1980.

Réquiem para José Eleutério. Aracaju, Funcaju, 2000.

O Diário de W. J. e outras histórias. Aracaju, Secretaria da Cultura do Estado de Sergipe, 2005.

Microcontos. Aracaju, Edise, 2011.



Antologias

Conto 2, 1971.

O Moderno conto da região do cacau. (org. Telmo Padilha), Editora Antares, 1978.

Contos e Contistas Sergipanos (org. Núbia Marques). Aracaju, Subsecretaria de Cultura e Arte-SEC/Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de Aracaju, 1979.

Prosa Sergipana (org. José Olyntho e Márcia Maria). Brasília Thesaurus, 1992.



Morte

No final da manhã de 13 de agosto de 2009, fomos surpreendidos com a notícia de sua morte súbita, em sua residência, à Rua Carlos Burlamarqui, vítima de infarto agudo do miocárdio, aos 72 anos. Seu corpo foi velado na Osaf e o sepultado às 10 horas do dia seguinte no cemitério Santa Isabel. Célio Nunes da Silva deixou três filhos, Claudio Campos Nunes (jornalista) e Júlia, do primeiro casamento com Maria José de Oliveira Campos, e do segundo casamento com a artista plástica Dora Mendonça, de que teve um filho Ricardo Mendonça Nunes (advogado).



Vive dentro de mim/ uma
cabocla velha/ de mal olhado,
/ (...)/ Vive dentro de mim/ a
lavadeira do Rio Vermelho./ (...)/
Vive dentro de mim/ a mulher
do povo./ (...)/ Vive dentro de
mim a mulher da vida./ Minha
irmãzinha.../ (...)/ Todas as vidas
dentro de mim/(...)

Cora Coralina



Núbia

Todas as vidas

Maruze Reis

O poema de Cora Coralina conduz a minha inspiração e minha memória na direção dos traços deixados pela mulher, Núbia Marques, que se recorta em tantas outras no curso da sua

trajetória. Uma pioneira, sempre surpreendeu com atitudes inovadoras e revolucionárias. Núbia enxergava sempre além dos obstáculos e não tolerava a mesmice, nem tampouco as injustiças

sociais, principalmente o descaso com o direito dos cidadãos, sobretudo o direito das mulheres. Como nos versos do poema, Núbia percebia nela as outras mulheres e suas circunstâncias.

As pessoas que a conheciam sempre observaram uma movimentação constante de suas ações em direção ao seu próprio centro. O que poderia parecer aos olhos de alguns desavisados egocentrismo, se transmutava nos desdobramentos que esse movimento produzia. Havia uma expansão multiplicadora nas suas conquistas. E foi esse o mote

que conduziu o seu curso, nem sempre plano e muito menos cartesiano. Daí nasceu a ativista política, líder de vários movimentos em defesa da cidadania,

sempre lutando pela dignidade feminina em vários segmentos sociais. Precursora, foi a primeira mulher a ingressar na Academia Sergipana de Letras.

Seu perfil sempre abrigou um universo feminino diversificado. Nele habitava a mulher folclorista, preocupada com a preservação da tradição popular. Ocupou a Diretoria de Cultura e Patrimônio Histórico, onde fez questão e empenhou-se em deixar para as novas gerações registros importantes do folclore sergipano, com a publicação do livro *Aspectos do Folclore em Sergipe*. Núbia também exercitou as várias faces da educadora. Além do exercício acadêmico de professora universitária, ela se dedi-

Núbia enxergava sempre além dos obstáculos e não tolerava a mesmice, nem tampouco as injustiças sociais, principalmente o descaso com o direito dos cidadãos, sobretudo o direito das mulheres.

cou e fez valer mais uma vez uma batalha coletiva em benefício da valorização e divulgação da literatura sergipana: é de sua autoria o livro *Hegemonia Cultural na Escola*, cujo texto aponta para uma discussão sobre a ausência da diversidade cultural na escola e sua consequência na preservação das raízes culturais. Mas a intelectual e acadêmica, também acolhia dentro dela a mulher simples: as pescadoras dos mangues de Sergipe. Núbia viveu de fato o dia a dia dessas mulheres, durante a sua pesquisa, publicada em 1983: *Mulheres x cultura de subsistência*. Um trabalho social que denuncia as condições adversas a que as pescadoras eram submetidas e a ausência do poder público naquelas comunidades.

Interessante como a inquietude – marca da sua personalidade



Núbia Marques com Jacson Barreto



Núbia e família



Seu perfil sempre abrigou um universo feminino diversificado. Nele habitava a mulher folclorista, preocupada com a preservação da tradição popular.

– contaminou a ficção. A escritora e poeta Núbia Marques abastece sua narrativa a partir da vivência das contradições sociais que o momento histórico em que vivia

evidenciava com extrema contundência. Destaco, entre outras publicações, o romance *O Passo de Estefânia*, publicado na década de 80. É seguramente um mergulho nos anos sombrios da ditadura militar, época de extraordinária opressão, principalmente para as mulheres que corajosamente se insurgiam contra o regime. O romance é uma obra de ficção com os pés fincados numa realidade bem próxima da autora.

Mas não só os extremos a moviam: havia também a paciência dos sentimentos mais amenos, próprios da amorosidade e do lirismo, que contaminavam a vida e sua poesia. Uma face compartilhada com os amigos e também

com outros poetas, como o fez primorosamente no livro de poesia *Verde Outono* dividindo seus versos com as escritoras Gizelda Moraes e Carmelita Fontes. Uma sensibilidade que transbordou para a pintura e a música que tanto admirava. Quem dos seus amigos não lembra a Núbia frequentadora das tradicionais rodas de chorinho? A boêmia que gostava das noites de boa música e até arriscava cantar *Marina*, de Dorival Caymmi. Núbia de várias vozes dentro de uma única voz. Núbia Marques, mulher em outras dobrada, não cabe nestes traços biográficos, pois tem o tamanho da vida e como tal não se detém nos rasgos da memória. **G**

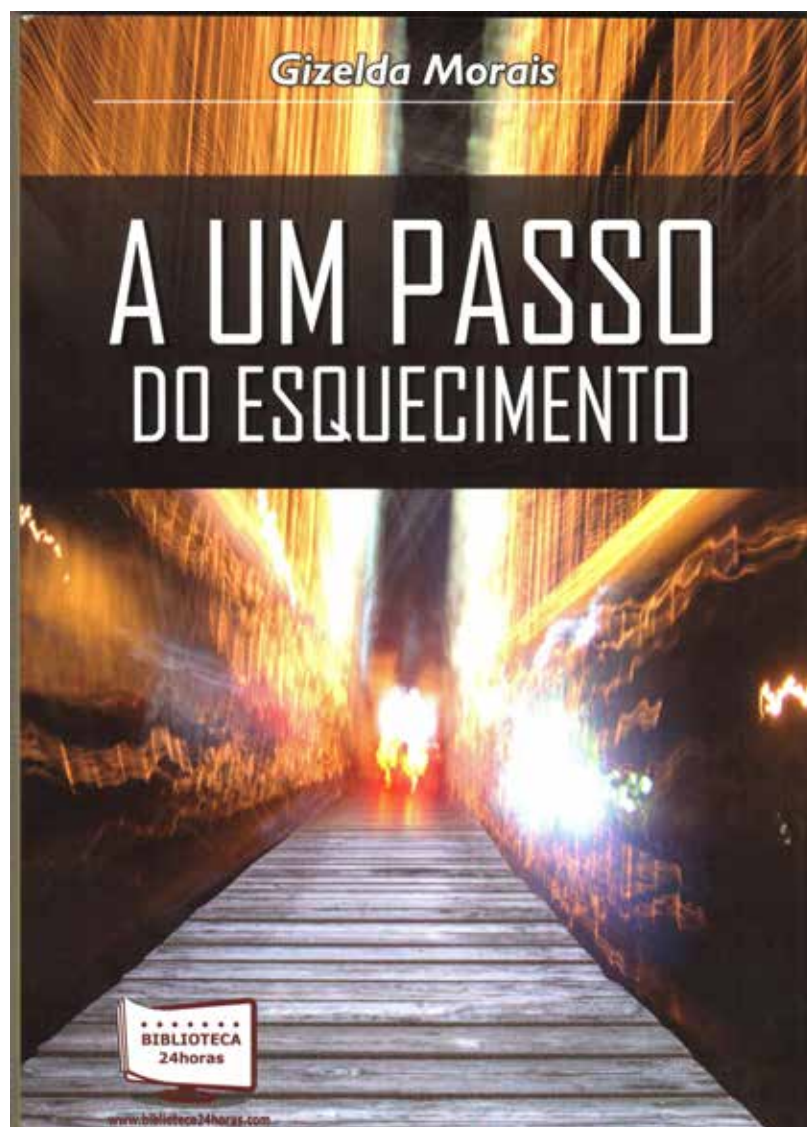
RESENHA

A UM
PASSO
DO

esquecimento

*Romance
de Gizelda
Morais*

Wagner Lemos



Dizem que Religião, Ciência e Arte, como práticas humanas que são, revelam mais proximidades do que afastamentos. A primeira nos promete em diferentes modos um prolongamento da existência, quer seja

pela tão apregoada vida eterna, reencarnações ou mesmo, na visão das crenças indígenas, um ressurgimento sob outras formas. A Ciência, por sua vez, busca ampliar a nossa duração nesta terra com a cura de doenças ou

a melhoria da qualidade de vida dando-nos uma maior fruição do tempo. A Arte, por fim, é mais do que uma forma de expressão. A menos regrada das três, mas que, assim como as demais, guarda consigo um dos mais antigos anseios da Humanidade: vencer a morte. Que escultor não pensou em ser eternizado nas formas que deu ao que era informe? Que poeta ou prosador não almejou ser lido nas gerações futuras? Que pintor não suspirou ao concluir uma tela e não pensou em como seria visto no porvir? A Arte é a metalinguagem utilizada pelo Homem para se revelar, mas também para fincar-se como perenidade. “Longa é a Arte, breve é a Vida”, assim rezava o provérbio latino, fazendo-nos lembrar do quanto somos efêmeros.

Em *A um passo do esquecimento* (Biblioteca 24 horas: São Paulo, 2014), novo romance de Gizelda Morais, a personagem é andarilha nos entrelugares de que a vida se perfaz e, em tom permeado de reminiscências, lança mão da arte da palavra para estabelecer-se neste mundo, construindo uma prosa de cunho memorialístico trespassada pela ideia do *tempus fugit*. Uma particularidade, entretanto, enriquece esse texto: a narrativa, apesar do caráter memorial, é tecida

em terceira pessoa. A autora que nos deu excelentes páginas de prosa e poesia, desta feita, vem com uma perspectiva inovadora: deu à sua personagem um perfil psicológico em que o distanciamento que impregna o texto em terceira pessoa garanta às memórias uma fluidez na reflexão e mesmo na autocrítica. Esse jogo confere uma maior ponderação da protagonista acerca da vida, bem como de seu espelho, a morte.

A personagem central, ao saber-se diagnosticada pela segunda vez com um câncer, desta vez terminal, empreende sua missão metalinguística: registrar pela palavra uma página por dia. Firmar no papel a sua história, seus sentimentos, suas dores, suas perdas, suas inquietações filosóficas, mas também as físicas, uma vez que os tratamentos, na verdade, muito maltratam seu corpo que peleja contra aquele que a personagem chama de “predador obscuro e demoníaco”. É desse modo que a tessitura do passado alinhavando-se com o presente nos traz um exercício de revisão da existência, não só pessoal, mas também coletiva. Um mar de palavras em que a micro e a macro histórias navegam juntas.

Do ponto de vista formal, é relevante destacar que os sessen-

ta capítulos da obra foram construídos em retábulo. Essa técnica requer do autor uma acurada habilidade: elaborar partes que possam ser lidas independentes umas das outras, mas que em sequência perfaçam uma obra, como o clássico *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. Nesse sentido, podemos dizer que a estrutura do texto metaforicamente traz a sutileza de que a vida pode ser retomada de múltiplas formas, em saltos da memória ou na linearidade. Também impressiona que a mesma força e sensibilidade poéticas empregadas para resgatar a meninice da personagem nos cordéis da pequena cidade em que se criou, apresentam-se nas reflexões filosóficas do doutorado da narradora ou na comparação entre o pretérito, o presente e o que especula acerca do futuro da Humanidade.

O romance *A um passo do esquecimento* transita nas demais obras de Gizelda Morais. Nas suas páginas, é possível se entrever os casarões e as senzalas das vivências humanas, o velejar dos que navegam com esperança, as baladas de sua poesia, os espaços e épocas regidos pelos agônios da memória e os versos e reversos das inquietações de tantos personagens que caminharam pelo

conjunto de sua obra. Nesse livro, Gizelda, com seus “olhos de praça triste”, brinda-nos com que devemos considerar sua obra prima, plena de uma pujança ímpar. Um texto que, ao contrário, do que anuncia seu título, não há de ficar no esquecimento. 

A um passo do esquecimento Gizelda Morais. Publicado em dezembro de 2014 em plataforma virtual (www.biblioteca24horas.com.br), endereço eletrônico em que está disponível para compra do livro eletrônico ou impressão sob demanda.





A PELADA

e a invenção da sergipanidade

Pedro Varone de Carvalho

“Nordeste onde a água dissolve as contradições e amolece os homens. Por um lado, uma região contra a despersonalização cultural trazida pela generalização dos fluxos da modernidade, da defesa dos sobrados e até dos mocambos contra os arranha-céus. Sua utopia é o surgimento de uma sociedade na qual a técnica não seja inimiga da tradição, em que técnica e arte se aliem, a tradição e a modernidade andem juntas, sempre sobre o controle da primeira.”- Durval Muniz de Albuquerque Junior “A invenção do Nordeste e outras Artes” (2012).

O filme “A Pelada”, dirigido por Damien Chemime, ambientado em Aracaju, é um desses acontecimentos que sugerem variadas chaves de leitura. A começar pelo fato mais óbvio de movimentar a indústria cinematográfica no estado, utilizando atores e técnicos locais, mas também principalmente por comportar

sutis representações da vida urbana nordestina, capazes de refletir o imaginário contemporâneo. Esses dois aspectos guardam, entre si, uma estreita relação. “A pelada” é um texto global no sentido em que o pesquisador norte-americano de mídia, Michael Curtis, propõe. Textos globais falam de temas que fazem parte das vidas das pes-

soas que podem habitar qualquer lugar. Como ensina a tradição do haicai, não precisamos perfumar a flor. Um filme rodado em Aracaju, com atores daqui traz, por si só, as marcas de um estilo de vida local, não é necessário afirmar isso com uma intenção. É aí que o filme atinge sua universalidade e foge dos estereótipos.



Talvez esse efeito se deva ao fato do que o filme é transnacional, uma coprodução Brasil - Bélgica. Sendo ele mesmo um discurso produzido como resultado das trocas de fluxos simbólicos que constituem a característica mais marcante de nosso tempo, o filme desloca as cristalizações que rondam a ideia de identidade e seu correlato local. A sergipanidade não deixa de ser uma deriva do *ethos* nordestino, por sua vez uma construção discursiva de várias faces: do messianismo ao cangaço, da seca a um erotismo mestiço e tropical. É um jeito particular de habitar um determinado espaço cujas características se expressam nos discursos. A mídia, em particular o cinema, tem sido o canal onde circulam tais representações. Sergipe, território intermediário entre as duas mais difundidas

forças culturais nordestinas – a baiana e a pernambucana –, reivindica para si um universo simbólico outro. A sergipanidade é, assim, ao mesmo tempo uma afirmação da diferença e a vontade de inscrever a alteridade no jogo globalizado dos discursos, dos fluxos simbólicos numa época de intensa mediação da sociedade. É preciso falar na língua do mundo sobre a própria singularidade. O olhar do outro – o estrangeiro – nos constitui; nosso próprio olhar sobre o mundo familiar opera a alquimia da identidade como criação, nunca como força estanque. É necessária uma dose de estranhamento do que é familiar para gerar o novo, quase sempre isso se dá pela entrada de elementos novos nos sistemas fechados.

Há uma analogia possível entre a série de filmes feitos por

Wood Allen em cidades europeias, estratégia refinada de marketing turístico com verniz artístico, e “A Pelada”. Por trás dos enredos há uma valoração do charme de cidades como Paris e Roma, para atrair os visitantes. “A pelada” não deixa de ser, em certo sentido, potencialmente equivalente à produção recente do cineasta americano encenando textos globais em territórios específicos e, por isso, pode sinalizar uma inteligente estratégia para, ao mesmo tempo, tocar a autoestima sergipana e divulgar a natureza e o modo de vida da cidade. A diferença é que o filme produzido aqui promove – do elenco à linguagem – uma dialogia entre os dois mundos, o europeu e o sergipano. É de se lamentar que a divulgação e a distribuição não fizesse o filme

acontecer com maior alcance, tanto aqui no estado, quanto no Brasil. Um sinal de que o grande entrave do cinema brasileiro hoje é a distribuição.

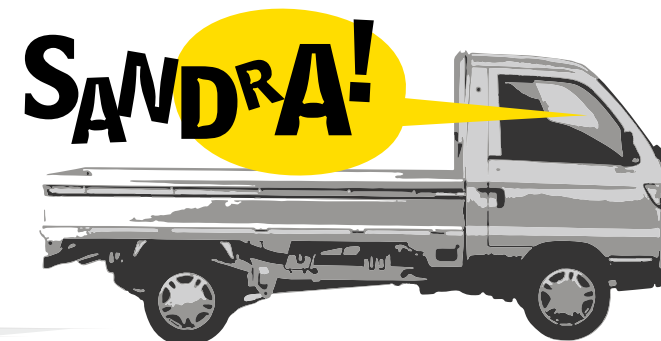
O tema central de “A Pelada” é uma crise matrimonial da protagonista, a necessidade de ajustar o desejo ao real, tendo como pano de fundo uma sociedade machista que se curva, entretanto, à verdade da busca da personagem. É da subjetividade feminina e masculina contemporânea que “A Pelada” trata, e o choque entre o global e local está justamente nesse espaço simbólico em que a protagonista tenta fazer valer a força de seu desejo contra as convenções religiosas e sociais, conseguindo a adesão de seu parceiro. O filme expõe, assim, os traços de uma tradição anacrônica, não de maneira violenta, mas com certa suavidade na condução da história que diz muito sobre o modo de vida por essas praias. O personagem que faz o papel do jovem marido costuma, na cerveja com os amigos, se vangloriar, como é comum nas abordagens

machistas, das conquistas amorosas. É o pegador, na linguagem certa da terra. Esse rapaz se mostra sensível e preocupado com a insatisfação sexual da companheira, revelada de forma transparente (como não era comum na tradição e diante da emancipação feminina se torna legítima). É ela quem faz a proposta pouco convencional: arrumar uma terceira figura, outra mulher, para apimentar a relação. O casal reflete assim um rico e interessante debate entre as forças da tradição e o contemporâneo.

Mais do que as imagens familiares de Aracaju, “A Pelada” traz algumas inquietações acerca das subjetividades nordestinas, a partir desse ponto de vista da capital sergipana. A ideia de subjetividade, derivada do pensamento de Foucault, tenta perceber a forma como os discursos moldam os sujeitos. Há um

“
A sergipanidade é, assim, ao mesmo tempo uma afirmação da diferença e a vontade de inscrever a alteridade no jogo globalizado dos discursos, dos fluxos simbólicos numa época de intensa mediação da sociedade.





embate entre as determinações históricas, sociais, antropológicas e a capacidade de se reinventar, o que o filósofo francês denominava “a estética de si”. Menos estanque do que a ideia de identidade, a subjetividade pressupõe o movimento cartográfico do sujeito, tanto pelo espaço quanto pelo tempo histórico. Arrisco-me a pontuar duas heranças, de certa forma, paradoxais na constituição das subjetividades masculinas por essas paragens, algo que não tem absolutamente o estatuto de verdade. Todos que lidamos com a linguagem, nos deparamos com um real sempre inapreensível. A primeira é a imagem do pegador, de rancho machista, narrativa que valoriza as conquistas amorosas, quanto mais namoradas o sujeito tiver tanto melhor. É uma linha que compreende tanto os casos de poligamia (na maioria das ve-

zes resultantes de uma estrutura econômica injusta) quanto à violência contra as mulheres, a defesa da honra. A valentia é atributo da macheza. Na outra ponta está uma afetividade suave, indicando outra possibilidade de existência que constitui uma das potências da ideia de brasilidade no mundo globalizado. É a potência poética que se espalha no universo ao redor dos versos de Manuel Bandeira, do compósito voz e violão de João Gilberto, nas canções praianas de Caymmi, nos quadros de Jenner Augusto. O *ethos* de quem cresce contente com sua terra, harmonizando a natureza e a cultura. A fonte de certa sabedoria que encontramos nos velhos pescadores e homens do sertão. E, sobretudo nessa que constitui uma característica deste estado: o encontro dessas duas forças: a litorânea e a interiorana.

A curta vivência aracajuana em torno dessas questões tornou ainda mais bela a percepção de uma das grandes canções de Caymmi, João Valentão. Encontro-a, no acaso das ondas do rádio justamente quando pensava no enredo de “A pelada”. O personagem da narrativa passa da valentia ao

Mais do que as imagens familiares de Aracaju, “A Pelada” traz algumas inquietações acerca das subjetividades nordestinas a partir desse ponto de vista da capital sergipana.

lirismo numa construção em que letra e música se conjugam como em poucas canções brasileiras.

O jovem marido de “A pelada” é também João Valentão. Uma sucessão de acasos o faz, ao mesmo tempo, manter a fama de pegador entre os amigos se construir uma relação mais verdadeira com sua companheira. A crise amorosa relatada no filme, tratada com maestria na direção, nos diálogos, na atuação dos atores, faz um texto global, mas com cor e dicção mais verdadeiros do que alguns de Wood Allen. O primeiro deslocamento é dar voz à classe C, objeto do desejo de toda a mídia e publicidade hoje no Brasil. Ao situar o drama entre os menos favorecidos na pirâmide social, o filme acerta, sobretudo porque não há qualquer traço da estetização da miséria tão presente em alguns filmes brasileiros. O segundo é a forma como os acontecimentos forjam

uma nova sensibilidade nos protagonistas, fazendo com que eles, num lugar e num momento, reinventem a própria vida. O cenário cultural de Aracaju parece pronto a entrar na briga com suas armas mais singulares. É aí, sem paternalismo ou estereótipos, que podemos alcançar a sergipanidade de como invenção.

Há, ainda, uma breve consideração em relação aos textos globais. A síntese do modernismo brasileiro presente na ideia da antropofagia de Oswald de Andrade e sua releitura midiática pelo tropicalismo nos anos 1960 constituem um caminho original e contemporâneo. A intuição tropicalista, pela ótica de Gilberto Gil, se deu quando o artista assistiu, no calor dos anos 1960, em pleno sertão pernambucano, a uma apresentação da banda de pífanos de Caruaru. Gil fez uma associação entre os pífanos e o novo rock inglês, representado

pelos Beatles e Rolling Stones. Havia, nesse conjunto de manifestações, uma vitalidade que se tornou a seiva da linguagem tropicalista. A força dos textos globais está, portanto, num jeito particular de olhar as questões universais, em certo sentido, algo presente nas canções de Caymmi. Há ali uma dicção convincente como os melhores blues de New Orleans, porque tem a verdade de um lugar contra o fluxo homogeneizante e padronizador que a ideia da globalização pode sugerir. Por outro lado, os estereótipos ou a defesa de um purismo cultural nada ajudam. Cultura é mistura, remix. O filtro antropofágico atualmente sugere a imagem de jovens conectados que preservem a sabedoria dos velhos pescadores. São eles que podem conduzir o leme da sergipanidade por mares nunca antes navegados. ■



“É quando o sol vai quebrando/ Lá pro fim do mundo pra noite chegar/ É quando se ouve mais forte/O ronco das ondas na beira do mar/ É quando o cansaço da vida da vida/ Obriga João se sentar/ É quando a morena se encolhe/ Se chega pro lado querendo agradar (.) / E assim adormece esse homem/ Que nunca precisa dormir pra sonhar/ Porque não há sonho mais lindo do que sua terra não há.”

(João Valentão, de Dorival Caymmi)





Ilustração: Felipe Ferreira

Dalton, 90

A trajetória de um dos mais admirados e profícuos escritores contemporâneos brasileiros

Téo Júnior

Ele pode, neste exato momento, estar perambulando sozinho pelas ruas de Curitiba, na fila preferencial na padaria ou em alguma banca de jornal sem que ninguém o reconheça. Pode estar discretamente numa locadora de vídeo, usando um boné que lhe cobre os cabelos já embranquecidos. Pode estar à espreita ouvindo a conversa de um casal de namorados na praça com o fascínio de um menino que vê a intimidade alheia pela fechadura. Em suma, um cidadão comum na multidão – não fosse um detalhe: trata-se de um dos maiores escritores do Brasil.

Admirado por seus inúmeros leitores, reverenciado pelos críticos mais sérios e insuspeitos, Dalton Jerson Trevisan chega aos 90 anos, em junho, da maneira com que sempre viveu: cada vez mais recluso. A festa do aniversariante ilustre não vai aparecer nas revistas de celebridades nem na televisão, e ele não falará nada a respeito. “Nada tenho a dizer fora dos livros”, contou certa vez.



Filme *Guerra Conjugal*, 1975, baseado na obra de Dalton Trevisan.

Capa da 14ª edição da *Revista Joaquim*, liderada por Trevisan entre 1946 e 1948.

Em relação à tão famosa exclusão, Dalton é frequentemente comparado a outro medalhão literário do Brasil, Rubem Fonseca, autor do clássico *Feliz Ano Novo*. Mas ocorre que Rubem já andou dando o ar da graça por aí, por exemplo, quando foi receber a Medalha do Mérito Municipal, filmado e tudo mais, entregue a ele em Portugal há alguns anos. Quando a imprensa divulgou que Dalton Trevisan fora agraciado com o importantíssimo Prêmio

Camões, em 2012, seus editores já sabiam que ele não iria buscar o prêmio. Corresponderam-se através de telegramas.

Mas o que fez o autor de *Vampiro de Curitiba* e *Guerra Conjugal* ser essa unanimidade cultural do País?

A resposta está ao alcance da mão: o excepcional poder da síntese, um estilo imediatamente reconhecível, a prosa cada vez mais enxuta, de maneira que se, por acaso, se tirar uma palavra, ela

certamente vai fazer falta, a capacidade de muito falar dizendo o mínimo, o prazer pelos diminutivos. Em seus livros, notamos não rara a sexualidade amesquinhada, o vazio da existência, os “desastres” sem conta do amor, as famosas cartinhas de mulheres desiludidas e abandonadas, e uma obsessão diríamos cruel de reescrever sempre a mesma história. Criar, para Dalton, é um verdadeiro suplício, porque, batendo sempre na mesma tecla, julga que

seu trabalho ainda não atingiu a forma perfeita. É comum encontrar em seus livros a citação “edição revista pelo autor”. Acrescente a isso o folclore de que Dalton já renegou alguns livros, por considerá-los imaturos. Foram suas produções da juventude, como *Sonata ao Luar* (1945), hoje objeto de colecionador.

Veio de perversão

Na cronologia do autor curitibano, sua obra de estreia é *Novelas Nada Exemplares*, saudada com bastante entusiasmo quando veio à luz, em 1959, inclusive ganhando prêmios. De lá para cá, Dalton já publicou 40 livros, entre novelas, contos e um romance.

“Dalton Trevisan maravilha e horroriza. Um novo livro de Dalton, mesmo pequeno, não é pouco”, escreveu na *Folha de S. Paulo* o professor Alcir Pécora, a respeito de *Violetas e Pavões*, de 2009. “Nele, há sempre um novo veio de perversão a exhibir”, completa.

Os leitores de Dalton Trevisan sabem há bastante tempo que ele faz outras versões de suas duas grandes paixões: Machado de Assis e a *Bíblia*. Não à toa, um de seus livros de chama *Capitu sou Eu* (2003), e o outro, *Virgem Louca, Loucos Beijos* (1979), que remete imediatamente à famosa parábola bíblica das virgens loucas e sensatas.

Há, também, os arquetípicos João e Maria, além da própria cidade de Curitiba, que funciona como uma personagem à parte em suas histórias.

De cortar o coração

Um conto sempre lembrado de Dalton vem carregado de dor e desamparo. É “Uma Vela para Dario”, presente na obra *Cemitério de Elefantes*.

Nele, vemos um homem sofrer um mal súbito em um dia chuvoso. Ao cair no meio da rua, transeuntes vão pisoteando-o e furtando seus objetos um por um. A aglomeração estéril diante de um homem que está morrendo na mais completa solidão, a ganância e a falta de sensibilidade humana em último grau. Cruel. Arrasador. De cortar o coração.

“Um autor da estatura de Dalton Trevisan, mais do que enobrecer o catálogo da Record, representa o norte que o editor deve seguir. O fato de o publicarmos desde 1978, numa relação de confiança mútua e permanentemente atualizada, é sinal de que estamos no caminho certo”, disse à CUMBUCA Carlos Andreazza, editor executivo da Editora Record.

Dalton, quando festeja nove décadas de vida e 56 anos de literatura, não quer badalação nem flashes. Deseja apenas usufruir o sagrado direito de ser deixado em paz.

Que assim seja.

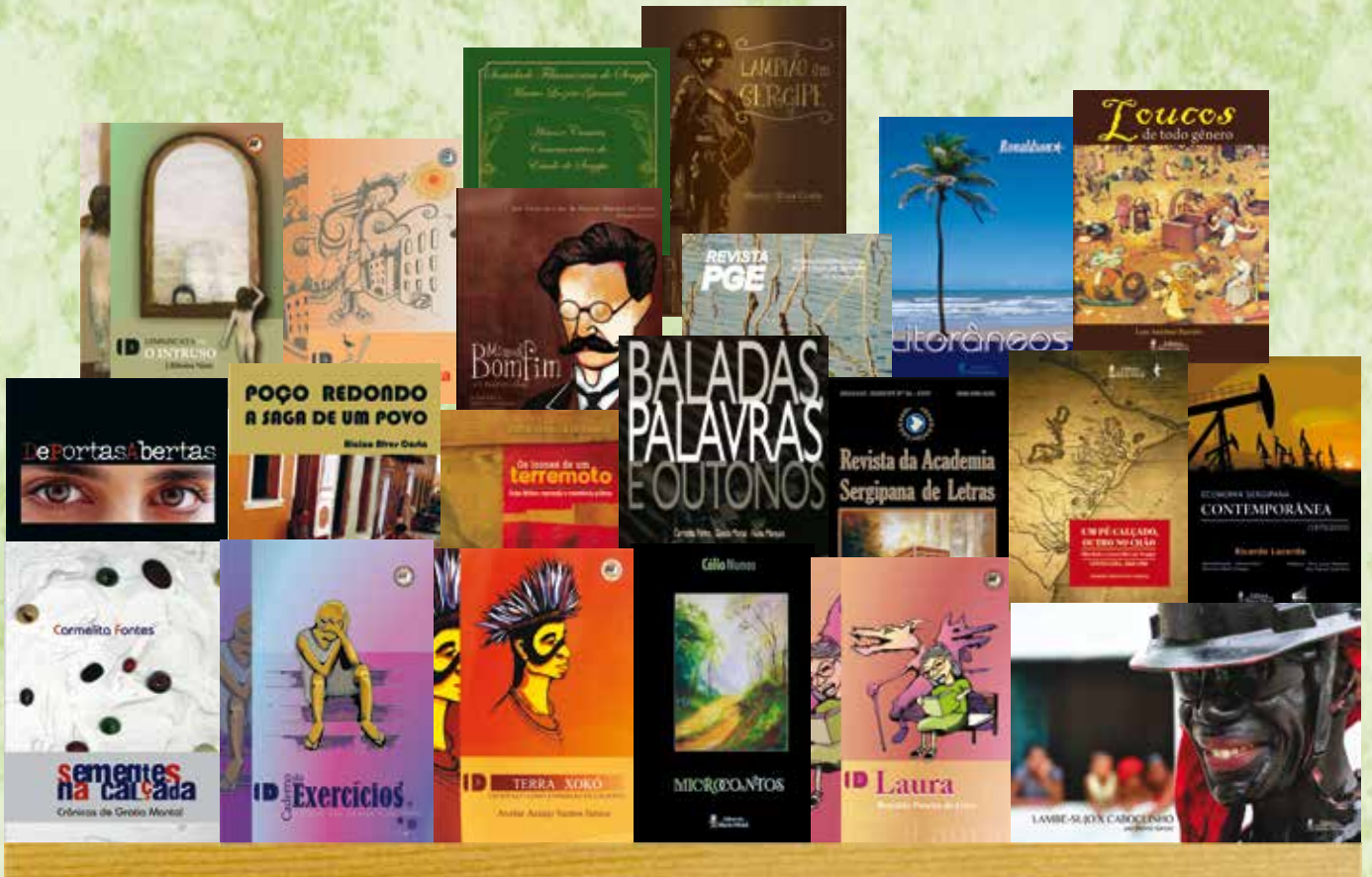
FÚRIA DE TITÃS

O professor e crítico literário Miguel Sanches Neto, considerado uma das maiores autoridades em Dalton Trevisan entre nós – que, atualmente, escreve críticas para o jornal *Valor Econômico*, disse à CUMBUCA que não fala sobre o escritor depois que foi “massacrado” por causa de seu livro *Chá das Cinco com o Vampiro* (Edit. Objetiva). Consta que Dalton não gostou da indiscrição da obra que revelava seus hábitos conhecidos por Miguel e partiu para o ataque. “Araponga louca” e “delator premiado” foram os mais leves. A imprensa do Paraná não fez por menos e passou a tratar Miguel como “aproveitador” e “oportunista”. É lógico que discípulo e mestre, outrora amigos, estão de relações cortadas. Mesmo assim, Miguel Sanches Neto, honesto, não se furta em opinar sobre o mais recente livro de Dalton, *O Beijo na Nuca*. Diz ele: “Estamos diante de uma ressurreição literária. Perto de completar 90 anos, ele resolve revisar velhos textos para deixá-los em uma versão definitiva. Ao reescrever velhos contos, Dalton Trevisan, o maior contista da língua portuguesa, une uma ponta de sua obra à outra, legando aos leitores narrativas fundamentais para compreender o seu périplo literário, já agora com dimensões míticas”.

A amizade terminou, mas a admiração pelo escritor Dalton Trevisan continua inatacável.

Tenha nossos livros em sua casa.
Compre pelo site **www.segrase.se.gov.br**

A EDISE - Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe publica todos os livros que evidenciam a história do estado e a produção literária pelos inúmeros talentos que fazem parte do nosso mundo cultural. Esse incentivo do Governo do Sergipe aos escritores da terra faz parte da política de valorização de nossas raízes.



EDISE

Rua Propriá, 227 - Centro - Aracaju/Sergipe
(79) 3205-7421

www.segrase.se.gov.br | segrase@segrase.se.gov.br

